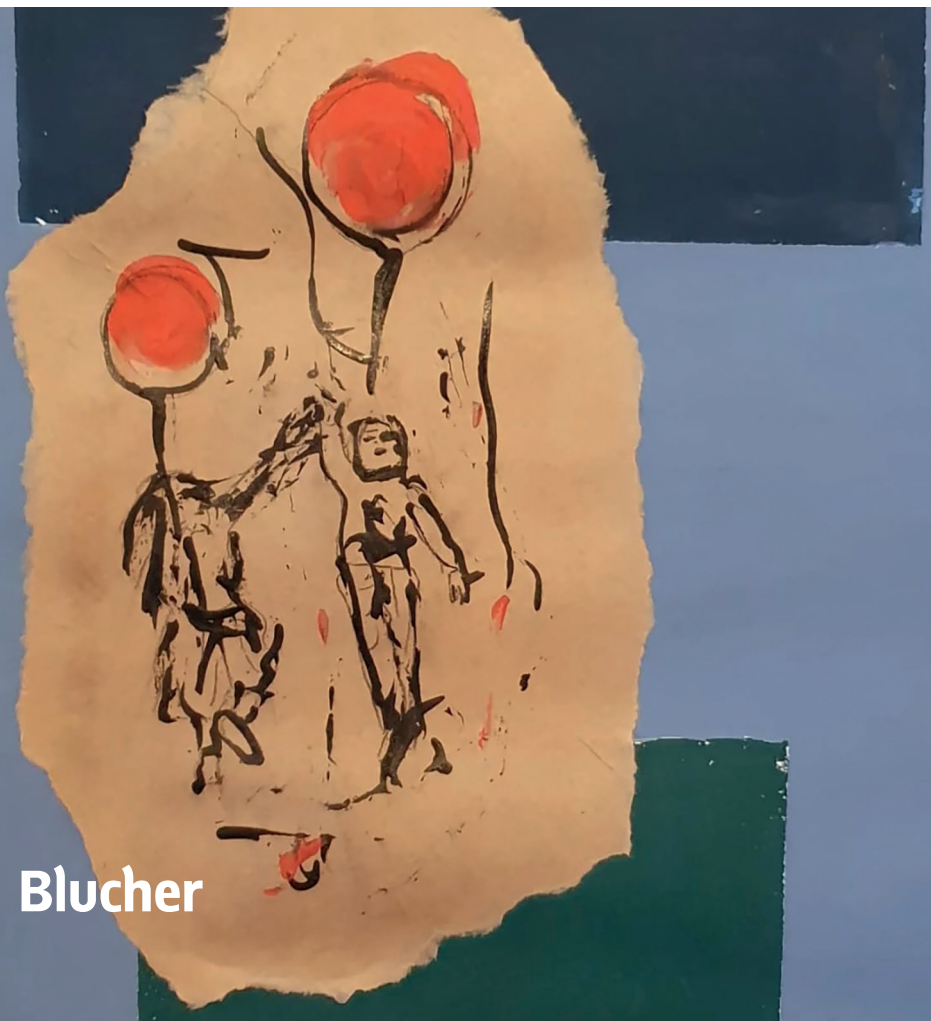


Ronaldo Manzi Filho

A morte da narrativa

*Uma reflexão sobre a disseminação
de diagnósticos psiquiátricos em idade escolar*



Blucher

A morte da narrativa

Uma reflexão sobre a disseminação de diagnósticos psiquiátricos em idade escolar

Ronaldo Manzi Filho

A morte da narrativa: uma reflexão sobre a disseminação de diagnósticos psiquiátricos em idade escolar

© 2026 Ronaldo Manzi Filho

Editora Edgard Blücher Ltda.

SÉRIE PSICANÁLISE CONTEMPORÂNEA

Coordenador da série Flávio Ferraz

Publisher Edgard Blücher

Editor Eduardo Blücher

Coordenador editorial Rafael Fulanetti

Coordenadora de produção Ana Cristina Garcia

Produção editorial Luana Negraes

Preparação de texto Maurício Katayama

Diagramação Negrito Produção Editorial

Revisão de texto MPMB

Capa Juliana Midori Horie

Imagem da capa *One more time*, de Ronaldo Manzi Filho

Blucher

Rua Pedroso Alvarenga, 1245, 4º andar

04531-934 – São Paulo – SP – Brasil

Tel.: 55 11 3078-5366

contato@blucher.com.br

www.blucher.com.br

Segundo o Novo Acordo Ortográfico, conforme 6. ed. do *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa*, Academia Brasileira de Letras, julho de 2021.

É proibida a reprodução total ou parcial por quaisquer meios sem autorização escrita da editora.

Todos os direitos reservados pela
Editora Edgard Blücher Ltda.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Heytor Diniz Teixeira, CRB-8/10570

Manzi Filho, Ronaldo

A morte da narrativa: uma reflexão sobre a disseminação de diagnósticos psiquiátricos em idade escolar / Ronaldo Manzi Filho. – São Paulo : Blucher, 2026.
528 p. (Série Psicanálise Contemporânea / coord. Flávio Ferraz).

Bibliografia

ISBN 978-85-212-2850-9 (Impresso)

ISBN 978-85-212-2851-6 (Eletrônico – Epub)

ISBN 978-85-212-2848-6 (Eletrônico – PDF)

1. Psicanálise. 2. Psicanálise na escola. 3. Análise da criança. 4. Psicanálise na infância. 5. Análise de adolescentes. 6. Psicanálise e educação. I. Título. II. Ferraz, Flávio.

CDU 159.964.2

Índice para catálogo sistemático:

1. Psicanálise CDU 159.964.2

Conteúdo

Prefácio – Escutando o que não se quer escutar: as raízes políticas da medicalização	9
O neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico	23
Excurso: A sociedade do mal-estar	65
Uma nota sobre a questão das drogas	89
Disseminação diagnóstica de transtornos mentais em crianças e adolescentes	103
O que significa rotular alguém com uma doença mental?	129
A disseminação do poder psiquiátrico	153
Excurso: O epílogo “O pássaro pintado” de Thomas Szasz	161
Um estudo sobre ensino e medicalização	169
A ideia de narrativa	193
O DSM como coisa pública	207

A difusão de patologias mentais mundo afora	243
O poder da metáfora no marketing psiquiátrico	265
Excurso: O TDAH como um distúrbio cultural	285
Excurso: A ideia de intoxicações eletrônicas	295
Excurso: Impactos das tecnologias digitais em nossas formas de vida	309
DSM: apenas uma questão burocrática?	333
Abrindo a caixa de Pandora	341
Uma estratégia biopolítica?	355
A questão do risco	367
O lugar do suposto saber – os especialistas	381
A potencialidade da teoria de Goldstein	407
Uma outra concepção de normal	421
Qual o sentido do sintoma?	443
Dar forma às pessoas	465
A morte da narrativa	475
Referências	495
Posfácio – Das competências narrativas à narração como potência	513

Prefácio

Escutando o que não se quer escutar: as raízes políticas da medicalização

Há momentos que fazem certas discussões serem incontornáveis para uma comunidade. Há, por outro lado, debates que não parecem envelhecer, exibindo perenidade no atravessamento de décadas a fio com sua pertinência sempre renovada. A escrita de livros não deixa de se inserir dentro dessas duas possibilidades: há livros que tiram sua potência da efervescência de uma combinação específica de tensionamentos, há outros cujo frescor desafia o passar do tempo e as especificidades de diferentes momentos históricos. *A morte da narrativa* é uma obra capaz de, pela astúcia de seu autor e pela qualidade de seu argumento, articular a paixão do embate atual com a constância da recorrência de uma reflexão que dificilmente se mostrará ultrapassada.

Isso porque Ronaldo Manzi Filho oferece a quem o lê uma discussão profunda e sofisticada, mas cuja temática geral tem sido manchete de noticiários contemporâneos. Os debates sobre educação, que já tiveram foco nas mais variadas temáticas, ganharam nos últimos anos a forma de uma disputa política intimamente entrelaçada ao aprofundamento de conflitos resultantes do esgotamento de formas de governo que tentavam realizar projetos contraditórios

entre si. Seu objeto específico, a medicalização da idade escolar, toca os mesmos elementos causais de que originaram outros debates, como aquele que teve seu ponto alto no movimento conhecido como Escola sem Partido. Olhemos rapidamente para isso.

Uma mirada minimamente atenta repara que as denúncias de atividades pedagógicas marcadas por “vieses ideológicos” não deixavam de revelar, em seu negativo, tanto o impossível que era supostamente defendido quanto o que essa defesa revelava enquanto intencionalidade. Isto é, por trás de um discurso (no mínimo) ingênuo a favor de uma educação que não tivesse qualquer viés ideológico, é possível reconhecer o caráter conservador do entusiasmo com a neutralidade. Seja em formas mais brutas que partem da afirmação de que seus ideais são verdadeiramente verdadeiras e, por isso, não ideológicas; seja em formas um pouco mais sofisticadas, que têm no horizonte a utopia (Hinkelammert, 1984/2013) de que a simples apresentação de pontos de vista contraditórios seria suficiente para que a melhor decisão fosse tomada, como se sob responsabilidade de um todo poderoso livre-mercado de ideias.

Tais crenças não deixam de apresentar grandes proximidades de formas extremadas de relação com o próprio conhecimento, em especial o negacionismo. Tanto na defesa de uma verdade supostamente livre de qualquer viés quanto na consideração da neutralidade enquanto uma possibilidade capaz de produzir saberes desinteressados, os vieses ideológicos são claros, embora denegados por seus enunciadores. Seria possível realizar uma discussão sobre a impossibilidade de um educar livre de reproduções ideológicas ou mesmo capaz de garantir posicionamentos críticos, entretanto Manzi Filho escolhe um caminho diferente, que sem dúvida contribui para esse tipo de discussão, mas que se debruça sobre outros temas igualmente urgentes.

Embora discussões sobre um cruzamento direto entre ideologia e educação tenham ganhado os holofotes com esse tipo de embate

apresentado – que pode também ser reconhecido, por exemplo, nas defesas de *homeschooling* ou mesmo no fortalecimento das escolas militares durante o governo Bolsonaro –, o autor parte de uma problemática tão ou mais urgente, e, apesar de como se costuma apresentá-la, não menos mergulhada em ideologia e política: saúde mental e a medicalização de crianças e adolescentes.

Trata-se de um assunto com crescente presença na cena pública, o que se justifica tanto pelo aumento vertiginoso de medicamentos receitados a jovens e adolescentes como pela preocupação com a escalada de taxas de suicídio nessa população (Cambricoli, 2023). Entretanto, mesmo mobilizando fortes preocupações, são temas raramente considerados como pertinentes a uma discussão política. E é aí que entram em jogo a supracitada astúcia do autor na colocação do problema e a qualidade do argumento, as quais permitem analisar essas questões a partir de um modo de pensar sobre suas origens. Encontramos um deslocamento do nível do debate, o que resulta num ganho de profundidade, ademais de um outro tipo de abordagem que joga luz numa dimensão causal usualmente apagada quando disputas pontuais ganham destaque demasiado. O que pode ser encontrado na seguinte pergunta:

É verdade que cada vez mais percebemos que crianças e adolescentes sofrem – o que dá a impressão de que esse sofrimento é mais frequente na contemporaneidade. Também temos a impressão de que hoje esse sofrimento se manifesta de formas distintas, como em automutilações. Mas esse sofrimento deve ser reduzido necessariamente a modalidades que devem ser consideradas doenças mentais e, por isso, devem ser encaminhadas a psiquiatras e ao saber biológico sobre esse sofrimento? Ou por uma combinação de fármacos e terapia cognitiva comportamental? (capítulo “Disseminação

diagnóstica de transtornos mentais em crianças e adolescentes” deste livro)

Em linhas gerais, pode-se desenhar o deslocamento da pergunta em direção à consideração de causas sociais mais amplas, compreendendo-se os embates superficiais enquanto sintomas. Isso significa que, ao invés de somente se pensar em como reduzir a assustadora quantidade de medicamentos receitados a crianças por causa de inadequações no ambiente escolar ou o sofrimento que as acomete, o autor coloca duas perguntas como alternativa: 1) por que somos levados a pensar que tais inadequações devem ser tomadas enquanto problemas individuais?; e 2) quais são as consequências decorrentes da enunciação e da realização desse discurso?

Abordar a problemática dessa maneira permite a Manzi Filho se engajar numa leitura a contrapelo das narrativas sociais sobre o sofrimento, desnaturalizando categorias usualmente incontestes e explicitando a congruência de uma forma específica de se pensar a educação com o modo neoliberal de organização e gestão social. Para além disso, desdobra seu argumento não somente como uma reflexão sobre maneiras de se pensar currículos, avaliações e desempenhos, mas sobretudo de modo a colocar quem o lê diante de uma questão incontornável, mesmo que não literalmente enunciada pelo autor: queremos mesmo construir o futuro que está sendo construído? O modo que constrói essa pergunta merece ser tratado em sua complexidade.

Conhecimento: superficial e profundo

Primeiramente, é necessário compreender o tipo de reflexão proposta por Manzi Filho. Seu modo de tratamento de questões não se limita a uma simples análise do conteúdo das ideias; tem como parte indissociável os efeitos que a própria circulação de tais ideias

produz sobre as possibilidades de subjetivação sustentadas pela cultura em que subsistem. Partindo de uma concepção em que nossas possibilidades de experiência são menos naturais do que muitas vezes se crê, o autor se ancora na obra de pensadores que exploraram detalhadamente essa concepção, como Nikolas Rose e Ian Hacking.

Sem entrar em detalhes daquilo que será encontrado no decorrer do livro, partamos da ideia geral presente tanto na noção de invenção de nossos selfs (Rose) e do nominalismo dinâmico (Hacking): temos aí duas formas de desenvolver a concepção de que o processo de subjetivação é determinado pelos elementos simbólicos ofertados pela cultura. Hacking retoma essa reflexão em diferentes momentos de sua obra: seja na apresentação da ideia de *invenção de pessoas* (Hacking, 1990), na postulação de seu *nominalismo dinâmico* enquanto ponto de diferenciação entre tipos de objetos (Hacking, 1995/2000), na ampliação dessa noção com a consideração de *nichos* (Hacking, 1998) e na radicalização de sua posição com a sustentação de uma *ontologia histórica* (Hacking, 2002/2009). Há uma linha constante no trabalho do filósofo, muito bem explorada por Manzi Filho: as classificações produzidas sobre indivíduos modificam as possibilidades de experiência. Uma ideia inicialmente muito próxima de uma análise de formas de classificação articuladas a práticas disciplinares interventivas, que depois ganha maior generalidade ao se debruçar sobre os efeitos do discurso científico; em seguida, expande sua amplitude ao pensar nos elementos simbólicos presentes na cultura, para finalmente se tornar uma afirmação da historicidade da ontologia. Deteremo-nos em um ponto específico desse percurso, o qual reforça a importância da discussão empreendida por Manzi Filho.

Em seu exame sobre o caso curioso do transtorno dissociativo de identidade (múltipla personalidade), alvo de atenção por ter uma prevalência restrita à população estadunidense e em poucos países europeus, Hacking (1995/2000) traça uma genealogia

de certas formas de sofrimento desde a consolidação das ciências da memória na metade do século XIX. Segundo o filósofo, este seria um evento central por se tratar da expansão da racionalidade científica a um campo até então hostil, a saber, a alma, ou a espiritualidade. Por isso nomeia seu livro¹ como *Reescrevendo a alma: múltipla personalidade e as ciências da memória*, remetendo ao conceito de memória – central nessa incursão da ciência sobre as últimas terras ainda não colonizadas: a produção de novos sintomas e quadros psicopatológicos. Entretanto, a sustentação dessa afirmação demanda atenção à diferenciação entre diferentes níveis de enunciados.

Tal diferenciação se faz necessária para que seja possível postular a influência que certos enunciados podem ter na determinação de possibilidades de experiência sem cair num tipo de pensamento determinista, em que um elemento causal produziria, necessariamente, consequências inequívocas. No caso trabalhado por Hacking, sua afirmação geral é de que a estabilização das ciências da memória enquanto um campo científico se sustenta na postulação de que há fatos sobre a memória que podem ser conhecidos cientificamente. Esse enunciado carregaria um potencial transformativo amplo, embora pareça corriqueiro. Afirmar a existência de fatos sobre a memória significa incluir um novo significante no campo, permitindo o deslocamento e sentidos estabelecidos e a possibilidade de novas formas de entendimento; especificar que esses entendimentos podem ser produzidos cientificamente coloca, efetivamente, um novo agente na disputa pela enunciação do verdadeiro em relação a essa temática. Como diz o autor: “O que antes seriam debates no plano moral e espiritual passaram a ocorrer em nível de conhecimento factual. Todos esses debates políticos

1 Nomeação que infelizmente se perdeu na edição em português, a qual ficou somente com o subtítulo da edição em inglês.

pressupõem e tornam-se possíveis a partir desse conhecimento profundo” (Hacking, 1995/2000, p. 217).

Como vemos, Hacking denomina esse enunciado como um conhecimento profundo. Isso significa que, embora se trate de uma frase simples, seus efeitos são extensos, especialmente considerando que ele servirá de sustentação para a produção de diversos outros saberes e para a abertura de novos campos (ou subcampos). Por exemplo, o filósofo imputa a esse conhecimento profundo a possibilidade de constituição da psicologia como a conhecemos hoje. Algo que não seria possível se a ciência não tivesse se embrenhado por terras até então exploradas por outros tipos de saber, como a religião e a espiritualidade. O filósofo localiza a própria psicanálise como algo que somente emergiu, no momento e da maneira como aconteceu, porque as ciências da memória já estavam estabelecidas. Algo bastante coerente com a importância que Freud dá à memória, inclusive construindo uma teoria própria sobre ela. Essas teorias decorrentes das novas possibilidades abertas pela instauração de um conhecimento profundo são nomeadas por Hacking de conhecimentos superficiais.

Ele propõe essa diferenciação a partir do que Foucault define como *connaissance* e *savoir*, de modo que os conhecimentos (*connaissances*) seriam casos particulares de realização do saber (*savoir*), mas não o esgotariam. Junto a isso, os qualificadores profundo e superficial têm inspiração na proposição de Noam Chomsky, que conjuga esses termos à gramática. Dessa forma, para além dos conhecimentos superficiais produzidos, o conhecimento profundo também abarcaria todas as possibilidades daquilo que poderia ser enunciado naquele campo – incluindo não só as teorias “verdadeiras”, mas também as falsas, os objetos e as práticas etc. Interessa-nos aqui, entretanto, não uma diferenciação estanque entre conhecimentos profundos e superficiais, mas a ideia geral de uma diferenciação de níveis discursivos, de modo

que os mais profundos muitas vezes são realizados pelos superficiais sub-repticiamente.

Pensemos, por exemplo, na medicalização da infância. É fácil articulá-la ao próprio estabelecimento das ciências da memória, sem as quais não existiria sequer a psiquiatria, não ao menos do modo como é hoje. Ademais, não é difícil notar que a própria palavra memória é frequentemente mobilizada junto a outras como “concentração”, “foco” etc., na delimitação de transtornos que devem ser tratados. Uma visão demasiadamente apegada à noção de um progresso único do conhecimento científico poderia, então, compreender que isso que chamamos de medicalização seria nada mais que uma etapa coerente e necessária da evolução da ciência, resultando em algo que traz benefícios a todos. Entretanto, é nesse ponto que Manzi Filho produz um giro, partindo de uma abordagem que abandona esse tipo de consideração idealizada e já ultrapassada sobre o progresso científico, levando-o a questionar o porquê de acreditarmos que esse modo de colocar a questão é o mais interessante. Isto é, a amplitude do conhecimento profundo sobre as ciências da memória poderia levar a diversas abordagens sobre saúde de crianças e adolescentes, sobre aprendizado, sobre a função da educação, entre muitos outros. Por que estamos pensando quais comportamentos devem ser tratados com medicação?

Nesse ponto, a abordagem é cirúrgica: o autor nos traz a influência de outro conhecimento profundo,² o pensamento neoliberal. Daí temos a tese central do livro, de que a maneira como definimos nossas expectativas – a qual nos leva a avaliar e a intervir

2 Não entrarei num debate sobre a comparação de profundidades entre as ciências da memória e o neoliberalismo. Basta, para os propósitos deste prefácio, afirmar que ambos são considerados profundos por produzirem novas possibilidades de realização e pelo fato de, muitas vezes, não serem reconhecidos em suas próprias realizações.

de modos específicos na infância e na adolescência, e que nos faz pensar na educação de uma maneira extremamente particular – é profundamente marcada pelo neoliberalismo. Algo que é usualmente levantado em discussões em que a dimensão política se explicita com maior facilidade – como indicamos no exemplo dos embates sobre a Escola sem Partido –, mas que raramente ganha holofotes quando falamos sobre saúde, sobre sofrimento ou sintomas. O autor deste livro consegue, de modo exemplar, articular educação e neoliberalismo de maneira surpreendente e cuidadosa.

Partindo, entre outros, de uma pesquisa da qual ele mesmo fez parte, compilada no livro *Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico* (Safatle et al., 2020), Manzi Filho aprofunda aquilo que pode ser considerado como ponto fulcral desta publicação: a demonstração de que, para além de uma forma de organização econômica, o neoliberalismo estrutura uma forma de administração social calcada na retirada da dimensão conflitiva da cena pública. Tal retirada se dá paulatinamente, primeiro com a negação do caráter coletivo de conflitos sociais – como nos processos de fragmentação de coletividades ligadas a relações de trabalho (por exemplo, o desmantelamento de sindicatos) –, que passam a ser vistos como conflitos individuais (a serem resolvidos entre empregado e empregador, como muito se defende). Tais conflitos individuais são, conseqüentemente, tratados como déficits da parte mais fraca (o trabalhador), cujo sofrimento é compreendido de maneira exemplarmente individualizada – ou até mesmo o sofrimento tem seu caráter de conflito retirado, como quando é apresentado como um desbalanço químico ou algo do tipo.

Construo uma imagem estereotipada que, apesar dos riscos de uma generalização brutalmente redutora, não perde fidelidade em relação a como frequentemente pensamos o sofrimento: algo que deve ser tratado individualmente, e cujas causas não dizem respeito a ninguém. A obliteração da dimensão conflitiva não produz

uma desculpabilização daqueles que sofrem – o que seria deveras importante –, mas uma desresponsabilização que é reproduzida quando as causas não são sequer imaginadas coletivamente. O que se produz é uma domesticação do sofrimento que poderia virar crítica, mas que, para tanto, precisa ser compreendido como resultante de conflitos. Daí que não surpreenda que as narrativas neoliberais se sustentem sempre na negação e na retirada dos conflitos da esfera pública. Além de, muitas vezes, retornarem a um tipo de coletividade estruturado de modo a esterilizar qualquer tipo de crítica, como muito bem explorado pelo autor ao tratar de ambientes virtuais e da centralidade da exposição.

Neoliberalismo, educação e sofrimento

Um dos grandes méritos de *A morte da narrativa* está em explicitar a maneira como essa mesma estrutura define o funcionamento dos diagnósticos psiquiátricos de crianças e adolescentes. Faz isso com o cuidado de quem dialoga não somente com o que vê a cena de fora, mas também com aqueles diretamente acometidos, e que encontrarão no livro questionamentos, críticas e caminhos que levam em consideração o sofrimento envolvido. As discussões são apresentadas com calma e generosidade, conduzindo os leitores por reflexões cuja complexidade é amenizada pela clareza e pela qualidade da escrita. Nela, vê-se que o tema da medicalização da infância não pode ser reduzido a práticas psiquiátricas, mas deve envolver um questionamento profundo sobre educação.

Afinal, se não nas escolas, onde mais encontraremos a forma mais clara daquilo que esperamos de crianças e adolescentes? E, quando olhamos cuidadosamente para o ambiente escolar, os processos anteriormente citados são incomodamente explícitos. O modo como ideais de performance, produtividade e aperfeiçoamento se fazem presentes nesses ambientes só perde em destaque

para a maneira como tratamos seus inevitáveis fracassos: de modo individualizado, alheio ao social e ao coletivo, que não coloca em questão os ideais nem os efeitos que produzem naqueles todos que não podem alcançá-los. Uma cena que deveria tirar o sono de todos os conterrâneos de uma autora como Maria Helena Souza Patto (1990/2022), que estabeleceu no Brasil uma tradição crítica de se pensar a educação há décadas. O cenário relatado por Manzi Filho indica que tal tradição – para a qual a educação é um direito e cuja função é a construção de uma sociedade justa, sempre retomando o que há de coletivo e social em seus impasses e contradições – tem cada vez mais perdido espaço, sendo soterrada por respostas medicamentosas e individualizantes.

Entretanto, o autor não se limita a denunciar esse fato, ou mesmo a fazer uma crítica política restrita a embates sobre educação. O argumento vai além, explorando o modo como a penetração de discursos que produzem desresponsabilização, individualização e fragmentação social produz efeitos subjetivos. Ou, emprestando um termo cunhado por Ian Hacking, para se perguntar sobre o tipo de pessoas que estamos inventando. Tal caminho é explorado consistentemente por trilhas variadas: desde reflexões sobre como doenças psiquiátricas são produzidas e diagnósticos implementados em massa até os efeitos das medicações, ligados a inibição, embotamento, dificuldade de lidar com conflitos, a primazia da exposição em ambientes virtuais e, como diz o título, a incapacidade de construção de uma vida que possa ser narrativizada, contada para além de categorias preestabelecidas muito bem definidas.

A pergunta mais relevante – e incômoda – que o livro coloca a quem o lê, mesmo quando não explicitamente enunciada, vai além dos efeitos dos remédios. É a pergunta sobre qual mundo queremos construir, algo inevitavelmente ligado a como compreendemos o que é e para que serve a educação. Uma pergunta que mostra que os efeitos da medicalização e as consequências dos ideais impossíveis

são apenas a ponta do problema. Não se trata somente de lidar com o sofrimento, mas de como lidar. Mais especificamente, em podermos refletir sobre nossa dificuldade em escutar o sofrimento – o que talvez anteceda a incapacidade de contá-lo; afinal, para que contar se não será escutado? Já dizia Freud: educar e analisar são dois impossíveis. E assim devem ser. A grande questão não consiste em como tornar o impossível possível, pois isso resultaria no silenciamento de qualquer potência crítica e criativa. Trata-se, isso sim, de como podemos escutar e fazer com o impossível. Pergunta que Manzi Filho nos coloca com cuidado, como alguém habituado a escutar, mais do que responder.

Paulo Beer

São Paulo, dezembro de 2022

Referências

- Cambricoli, F. (2023, 14 de dezembro). Suicídio de adolescentes cresce e hospitais têm pacientes cada vez mais novos. Como notar sinais? *Estadão*. <https://www.estadao.com.br/saude/suicidio-de-adolescentes-cresce-e-hospitais-tem-pacientes-cada-vez-mais-novos-como-notar-sinais/>
- Hacking, I. (1990). *The taming of chance*. Cambridge University Press.
- Hacking, I. (1998). *Mad travelers: reflections on the reality of transient mental illness*. University of Virginia Press.
- Hacking, I. (2000). *Múltipla personalidade e as ciências da memória*. José Olympio. (Trabalho original publicado em 1995).
- Hacking, I. (2009). *Ontologia histórica*. Unisinos. (Trabalho original publicado em 2002).

- Hinkelammert, F. J. (2013). *A crítica da razão utópica*. Argos. (Trabalho original publicado em 1984).
- Patto, M. H. S. (2022). *A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia*. Instituto de Psicologia da USP. (Trabalho original publicado em 1990). <https://www.livrosabertos.abcd.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/view/932/844/3069>
- Safatle, V., Silva Junior, N., & Dunker, C. (Orgs.). (2020). *Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico*. Autêntica.

O neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico

A ideia de transtorno mental é definida pelo *Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais (Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders – DSM)*. A edição mais recente desse manual, o DSM-5-TR,¹ publicado em 2022, define:

Um transtorno mental é uma síndrome caracterizada por perturbação clinicamente significativa na cognição, na regulação emocional ou no comportamento de um indivíduo que reflete uma disfunção nos processos psicológicos, biológicos ou de desenvolvimento subjacentes ao funcionamento mental. Transtornos mentais estão frequentemente associados a sofrimento ou incapacidade significativos que afetam atividades sociais, profissionais ou outras atividades importantes. Uma resposta esperada ou aprovada culturalmente a um estressor ou

1 Até a quarta edição, utilizou-se o número romano para se indicar a versão do DSM: DSM-I, DSM-II, DSM-III e DSM-IV. Na quinta versão, estabeleceu-se o número arábico: DSM-5. As letras “TR” significam: “Texto Revisado”. Ou seja, houve a publicação do DSM-5 e, posteriormente, sua revisão.

perda comum, como a morte de um ente querido, não constitui transtorno mental. Desvios sociais de comportamento (p. ex., de natureza política, religiosa ou sexual) e conflitos que são basicamente referentes ao indivíduo e à sociedade não são transtornos mentais a menos que o desvio ou conflito seja o resultado de uma disfunção no indivíduo, conforme descrito. (APA, 2023, p. 14)²

A lista dos transtornos mentais, bem como os critérios diagnósticos seguidos por textos, é amplamente divulgada nos meios digitais e tem efeitos direto na vida dos indivíduos. Por exemplo, tornou-se uma experiência comum na prática clínica psicanalítica que pais tragam seus filhos para confirmarem diagnósticos psiquiátricos recebidos seja por profissionais da saúde, seja por profissionais da escola, como por pessoas leigas ou mesmo pelos pais. Nesses últimos casos, os leigos têm acesso a uma profusão de dados (nas mídias sociais) sobre como, supostamente, saber diagnosticar transtornos – como se tratasse simplesmente de saber preencher uma lista de sintomas e encontrar o transtorno correspondente. Nunca vimos uma proliferação tão vasta de transtorno de déficit de atenção e hiperatividade, transtorno obsessivo-compulsivo, transtorno bipolar e espectro autista, por exemplo. Ao lado dessa profusão de diagnóstico, o uso de medicamentos em crianças em idade escolar tem avançado de uma forma sem precedente.

2 Aproveitamos para destacar duas observações sobre as citações deste livro: 1) algumas citações foram traduzidas pelo autor – é o caso de todas as obras consultadas em outras línguas que estão citadas ao longo do texto (ver na lista de referências os casos correspondentes); caso haja tradução em português, esta foi utilizada (o nome do tradutor em questão consta na lista mencionada); 2) nos trechos citados, todos os grifos indicados são dos respectivos autores, nunca do autor desta obra.

Muitas questões nos surgem com esse fenômeno. Por exemplo:

1. Por que o número de diagnósticos psiquiátricos teria aumentado tanto nos últimos anos inclusive em pessoas em idade escolar?
2. Os diagnósticos estão sendo realizados com todo o cuidado necessário ou essas crianças são diagnosticadas de forma rápida, como se não merecesse ouvir cada caso?
3. É realmente necessário o uso de medicamentos em todos os casos diagnosticados?

Para além dessas questões, podemos pensar também:

1. Esse aumento de diagnóstico pode ser pensado como uma patologia do social, já que se trata de um fenômeno social? Apesar de os casos serem individuais, o fato de haver um aumento em uma dada época não nos leva a pensar que se trata de um problema social?³
2. Estaríamos ouvindo a narrativa desses sujeitos? Ou esses sintomas devem ser pensados sem conexão com a dinâmica pessoal ou intersubjetiva?
3. A partir do momento que há um diagnóstico, haveria uma mudança subjetiva?

Essas são algumas questões que nos guiam nessa pesquisa. Pensando na escola, podemos verificar que há uma mudança significativa quando nos deparamos com um diagnóstico – uma mudança não só na forma que a própria criança toma a si, mas como

3 “Medicalização também foca a origem do problema no individual ao invés do ambiente social; exige intervenções médicas individual ao invés de soluções mais coletivas ou social. Além disso, expandindo a jurisdição médica, a medicalização aumenta o tamanho do controle social médico sobre o comportamento humano” (Conrad, 2007, pp. 7-8).

mesmo os profissionais escolares modificam sua forma de lidar com a criança. Encontramos um exemplo no recente texto de Ana Maria Rocha e Ana Elizabeth Cavalcanti “Riscos e limites do uso do diagnóstico psiquiátrico na infância”. As autoras relatam uma situação que pode nos mostrar o quanto o diagnóstico clínico não é um ato neutro, sem efeito social:

Entre tantos outros casos que poderíamos citar, um dos que mais nos impactou foi o de uma das professoras da rede pública de educação que participava de um grupo de capacitação e supervisão no Centro de Pesquisa em Psicanálise e Linguagem (CPPL). Segundo ela, um de seus alunos, jovem muito esquisito, cheio de estereótipos, isolado, nada interativo e com uma condição de fala telegráfica, vinha apresentando pequenos e animadores avanços desde que fora convidado para se ocupar, junto com ela, da organização do lanche de sua turma. Essa atividade, que para ele tinha uma representação muito especial, estava permitindo a ambos compartilharem uma mútua e surpreendente descoberta. Até o dia em que uma psicóloga, com muito boas intenções, submeteu-o a uma avaliação psicológica e o diagnosticou-o como autista, orientando a professora a se informar sobre o autismo e sobre métodos educacionais para autistas. Essa professora, que até então protagonizava junto com seu aluno uma experiência criativa e reconhecida por toda a equipe escolar, sentindo-se desapontada e incapaz, declarou para espanto de todos que não poderia mais ter esse jovem como aluno, pois não sabia lidar com autistas. (Rocha & Cavalcanti citadas em Zorzaneli, Bezerra Jr. & Costa, 2014, pp. 240-241)

A partir do momento que houve o diagnóstico, houve uma mudança social, uma mudança na forma de vermos o sujeito. Entra aqui o papel do especialista – até então, se tratava de uma criança difícil, mas que se podia lidar; com a intervenção do especialista, o caso se torna “fora” do alcance da professora – como se a criança tivesse mudado de estatuto. *O que teria ocorrido? Eis o que iremos tratar nesta pesquisa.*

* * *

Em 2020 foi publicado o resultado de três anos de pesquisa do Laboratório de Pesquisas em Teoria Social, Filosofia e Psicanálise (Latesfip), do qual faço parte. Trata-se do livro *Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico* (2020).⁴ Na introdução dos resultados, os coordenadores do Laboratório naquela época, Vladimir Safatle, Nelson de Silva Junior e Christian Dunker, escreveram a seguinte tese geral da pesquisa:

Não é mero acaso que a ascensão do neoliberalismo nos anos 1970 tenha sido acompanhada pela reformulação brutal da gramática do sofrimento psíquico através da hegemonia do Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais, em sua terceira edição (DSM-III). Há relações profundas entre os experimentos de engenharia social do neoliberalismo e a reconstrução das estruturas categoriais clínicas, reconstrução que se expressa, principalmente, com o apagamento das neuroses, com a hegemonia da depressão, com a redução da psicose à forma unitária da esquizofrenia, com a consolidação dos transtornos borderline e, finalmente,

4 Todos os títulos das obras utilizadas nesta obra foram traduzidos para o português. Quando se dispunha de uma tradução, utilizei-a; quando não, a tradução é minha. Os títulos originais estão listados na bibliografia.

com a substituição da clínica tradicional, restrita ao tratamento de doenças, pela lógica do enhancement, que começa a explorar cada vez mais os fármacos, inicialmente concebidos para o sofrimento psíquico, em um novo objetivo, aquele da potencialização de performances no trabalho. (Safatle et al., 2020, p. 10)

Não irei aqui desenvolver essa tese do Latesfip, mas tomo como ponto de referência que há uma relação entre a ascensão do neoliberalismo⁵ e a hegemonia do DSM a partir de 1980 com um quadro classificatório cada vez mais voltado a uma descrição sindrômica convergente e a uma neutralidade axiológica, como veremos.

Por outro lado, podemos acompanhar como a psicologia positiva ganhou espaço no neoliberalismo, assim como o uso de fármacos. Os ideais que norteiam essa psicologia positiva são inerentes aos valores neoliberais – como se um fosse reflexo do outro.⁶ Já o uso crescente de fármacos, como pretendo mostrar, não é um mero acaso de novas descobertas científicas que agora estariam mais “aptas” para identificar transtornos que antes passavam despercebidos. Por exemplo, desde 1950 vemos um desenvolvimento de neurolépticos a partir da síntese da clorpromazina, mas é somente depois do DSM-III que há uma guinada no uso de fármacos que irá movimentar grande parte da economia mundial.

Essa pesquisa é uma continuação do estudo anterior denominado *Neoliberalismo e educação: conversas e desconversas* (Manzi,

5 Desenvolvo os principais pontos das teorias neoliberais no livro *Neoliberalismo e educação: conversas e desconversas* (Manzi, 2022), especialmente no capítulo “Algumas considerações sobre o neoliberalismo”.

6 Como partilha Byung-Chul Han (2020/2021): “A missão de felicidade da psicologia positiva e a promessa de um oásis de bem-estar medicamente produzível são irmanadas” (p. 12).

2022).⁷ A argumentação central naquela ocasião se resumia, grosso modo, a este parágrafo:

Esse trabalho busca pensar a relação da educação em meio ao que denominamos neoliberalismo. Parte-se primeiramente da tese de que há uma gestão de nossas formas de vida a partir dos valores neoliberais. Como consequência, a escola não estaria fora dessa forma de gestão. A tese central dessa reflexão é que houve uma naturalização da forma de pensar a educação, a tal ponto que aquela gestão se dá na própria gramática dos discursos educacionais. Por isso, os próprios discursos de reforma de ensino são carregados de valores neoliberais, mesmo querendo-os criticar. É na naturalização da gramática neoliberal que a gestão, enfim, se exerce. É isso que coloniza nossa forma de pensar, porque até mesmo nossas críticas se valem dessa gramática neoliberal. (Manzi, 2022, p. 25)

Ainda no interior dessa discussão, é preciso refletir sobre o uso de fármacos e o diagnóstico psiquiátrico em pessoas em idade escolar. Há um crescimento muito preocupante⁸ no uso de medicamentos em crianças e adolescentes como nunca visto antes. As escolas, como mostram estudos recentes, contribuem para que haja esse aumento e disseminação. Na verdade, mesmo o Estado incentiva

7 Pesquisa de estágio em pós-doutorado em Educação realizada na Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO) em 2021 sob a supervisão de Elianda Figueiredo Arantes Tiballi. O resultado dessa pesquisa foi publicado com o título *Neoliberalismo e educação: conversas e desconversas* (Manzi, 2022).

8 Há um errôneo e constante uso acadêmico do termo “epidemia” para indicar esse crescimento. No sentido “conotativo”, dramatizando o fato, é compreensível, mas incorreto.

que os professores estejam preparados para identificar qualquer indicativo de transtorno. O fato de que uma grande porcentagem de pessoas em idade escolar possui um transtorno de ordem biológica se fundamenta nas diretrizes do DSM em sua atual versão. Esse estudo busca discutir a entrada da psiquiatria nas escolas. Será colocada em questão a ideia de transtorno como desvio de uma norma, assim como a necessidade de *adequação* que subjaz esse pressuposto normativo. Para isso, iremos apresentar como o DSM colonizou nossas formas de vida e como seu discurso está presente inclusive nas escolas. Pretende-se com isso problematizar o modo como o DSM tem gerido nossas formas de vida. Isso só é possível porque há um entrelaçamento entre os valores esperados em uma sociedade neoliberal e as formas de sofrimento que essa sociedade gera. Esta pesquisa busca discutir essa nova forma de subjetividade em que o uso de psicotrópicos tem se mostrado “natural” e apresentar outro modo de pensarmos o normal e o patológico, assim como a própria ideia de sintoma – uma proposta que pode nos ajudar a repensar a concepção de medicalização em pessoas em idade escolar, levando em conta a narrativa do sujeito. (Deixando claro que “Medicalização’ descreve um processo pelo qual problemas não-médicos se tornam definidos e tratados como problemas médicos, normalmente em termos de doença e desordem” (Conrad, 2007, p. 4)).

Pensar o neoliberalismo como gestor do sofrimento psíquico nos encaminha a dois movimentos: de gerar e de gerenciar. Ou seja, desde sua instauração, na década de 1980, o neoliberalismo vem gerando certos tipos de sofrimentos que são próprios de sua forma de racionalidade. Ao mesmo tempo, ele faz um gerenciamento desse sofrimento que se pode ver, por exemplo, com a psicologia positiva. Esta ganha espaço na contemporaneidade, com a promessa de felicidade defendendo os mesmos valores neoliberais, tal como a ideia de que cada indivíduo deve tornar-se, por

assim dizer, empresário de si mesmo, procurando maximizar suas habilidades em busca de autonomia, liberdade, autoestima, autorrealização, autorresponsabilidade etc. (todos valores individuais), instrumentalizando as escolhas a serviço de um estilo de vida (voltado ao consumo). Esse duplo processo aponta um esvaziamento da esfera pública, responsabilizando o individual por suas escolhas e fracassos.⁹

Lembremos, por exemplo, de uma análise sobre a biopolítica no século XXI, no livro *A política da própria vida: biomedicina, poder e subjetividade no século XXI* (2007), em que Nikolas Rose (2007/2013) analisa uma propaganda de um remédio para transtorno de ansiedade generalizada. Essa propaganda nos serve de exemplo de como a indústria farmacêutica está alinhada aos valores neoliberais. Trata-se do remédio Paxil. A propaganda destaca essa frase: “Paxil... Sua vida está esperando”. Quer dizer, o remédio

9 “Um caso óbvio desse novo discurso sobre responsabilidade é aquele produzido no campo da gestão do trabalho e desemprego. Não reproduziremos aqui o que já foi tratado em detalhes [Crespo; Fairclough; Fernandez], mas vamos apontar, a título de exemplo, alguns dos conceitos que articulam esse paradoxo, como ‘empregabilidade’, ‘ativação’, ‘flexiguridade’ ou ‘empreendedorismo’. Todos eles fazem apelo ao desemprego em termos positivos (capacidade, atividade, flexibilidade...) que não permitem, por sua própria positividade, uma rejeição. São conceitos, no entanto, que apelam para qualidades psicológicas e, de certa forma, moral (atitudes e motivações ‘positivas’) em relação a um sujeito que não pode realmente tomar conta da situação (desemprego), uma vez que se trata de uma situação socioestrutural e não psicológica. Problemas estruturais e sociais paradoxalmente se transformam em problemas pessoais psicológicos e morais. Essa psicologização moralizante afeta outras áreas relacionadas aos direitos sociais, como educação e saúde, e não apenas aqueles relacionados ao trabalho. O esforço, no caso da educação e de hábitos saudáveis, no caso de saúde são um exemplo desse paradoxo moralizante. É óbvio que a aprendizagem e a saúde requerem o envolvimento responsável das pessoas envolvidas. A característica distintiva do discurso neoliberal, no entanto, é uma consideração puramente individual da referida responsabilidade” (Crespo & Freire, 2014, p. 272).

anuncia algo que supostamente “completaria” a vida do indivíduo e está disponível no mercado. Na página da internet, a propaganda traz a fala de alguns personagens dizendo: “Estou sempre pensando que algo terrível vai acontecer, não posso evitar”; “Sabe, seus piores temores, os ‘e se...’. Não posso controlar, e estou sempre preocupada com tudo”; “É como uma fita em sua mente, que passa e repassa [...] Sempre pensei que fosse uma guerreira”; “É como se eu jamais tivesse a oportunidade de relaxar. No trabalho, estou tenso sobre as coisas em casa. Em casa, estou tenso sobre as coisas no trabalho”. Depois dessas frases, vem a fala de um narrador:

Se você é um dentre as milhões de pessoas que vivem com incontroláveis preocupação, ansiedade e diversos desses sintomas [...] [os sintomas rolam pela tela: preocupação... ansiedade... tensão muscular... fadiga... irritabilidade... inquietação... distúrbio do sono... falta de concentração...]¹⁰ você pode estar sofrendo do distúrbio [transtorno] de ansiedade generalizada, e o culpado pode ser um desequilíbrio químico. Paxil age para corrigir esse desequilíbrio, para aliviar a ansiedade.

A seguir, vemos imagens daqueles personagens, mas agora felizes. A primeira personagem diz: “Já não estou atolada na preocupação; sinto-me mais eu, novamente, sinto-me eu mesma...”. Rose interpreta essa propaganda da seguinte forma:

O remédio, portanto, não promete criar um falso si-mesmo; ao contrário, através do remédio é que o

10 Esse mesmo exemplo, do Paxil, é usado por Conrad (2007, p. 17) para argumentar como houve uma medicalização de emoções, de características e experiências humanas comuns. Ou seja, quase qualquer pessoa pode se beneficiar com o medicamento!

si-mesmo é restaurado a si mesmo. Se há um tema ou promessa que perpassa todos esses materiais promocionais é este: com esse remédio, posso ter de volta meu real eu-mesmo, posso me sentir mais eu, posso sentir que sou eu mesmo, mais uma vez. (Rose, 2007/2013, pp. 295-296)

O que está por traz dessa busca de autenticidade? Seria por acaso a insistência de uma promessa de felicidade associada à autenticidade que esse remédio supostamente nos traria?¹¹

A tese de Rose é que, contemporaneamente, tornamo-nos “si-mesmos neurológicos”, uma vez que a somatização se estende à forma como compreendemos nossos pensamentos, desejos, emoções e comportamentos.¹² O uso de remédios de déficit de atenção, por exemplo, teria também esse propósito: mesmo a criança tomaria o remédio não por uma coerção, mas devido a uma esperança de que possa assumir o controle de si mesma, restaurando “seu

11 Eis a resposta de Rose: “À parte a propaganda popular, parece não haver nenhuma base antropológica ou sociológica para a afirmação de que as pessoas usam remédios psiquiátricos para melhorar a si mesmos. Até mesmos os relatos quase biográficos ou semifictícios de experiências com antidepressivos SSRI não indicam que esses sejam vividos como transformadores de personalidades ou produtores de felicidade, ou sejam usados para esse fim. Na melhor das hipóteses, para ajustar uma frase familiar, aqueles que os administram e aqueles que os consomem estão tentando transformar miséria incapacitante em infelicidade cotidiana; alguns efeitos adversos indesejáveis, tais como perda da libido ou supressão de outros sentimentos, podem ser o preço que aqueles que tomam esses remédios estejam preparados para pagar” (Rose, 2007/2013, p. 146).

12 “As múltiplas transações entre *expertise* e subjetividade, e as diversas injunções e desejos realizados de reformar e refazer nós mesmos através de intervenção calculada em nome de nossa autenticidade, autorrealização e liberdade, têm sido centrais para o ‘gerenciamento do si-mesmo’ em democracias liberais avançadas” (Rose, 2007/2013, p. 153).

verdadeiro si” (self). É nisso que visam as propagandas de fármacos em geral. Um outro exemplo:

Jonathan Metzl defendeu que propagandas para remédios psiquiátricos para mulher se serviam de ansiedades sociais e culturais predominantes acerca de gênero, por exemplo, nos anos 1960, mostrando imagens de mulheres feministas visualmente ameaçadoras, “domesticadas” por tranquilizantes. Em contraste, embora Sarafem [medicamento para transtorno disfórico pré-menstrual] claramente inclua pressuposições sociais, políticas e éticas acerca do que as mulheres querem, ele não é divulgado para restaurar a domesticidade e a subserviência. Ao contrário, está ligado a uma ética do autocontrole, da promoção do estilo de vida e da autorrealização, na qual as próprias mulheres, em colaboração com médicos e companhias farmacêuticas, podem retomar a carga de suas próprias vidas. (Rose, 2007/2013, p. 294)

Pensando não só na psiquiatria, em uma outra obra, *Inventando nossos selfs – Psicologia, poder e subjetividade*, Rose (1998/2011) nos mostra como as ciências “psi”, no século XX, se voltaram a uma administração dos indivíduos tomados como empreendedores, a ponto de agenciar o que ele denomina nossos selfs. O século XX teria sido marcado por essa ascensão de uma racionalização de nossos selfs em que ética e política se entrelaçam. Assim, os indivíduos se autorregulam por escolhas, práticas, ações que visam maximizar a qualidade da vida pessoal, seja no trabalho, em casa, na família, em seus relacionamentos etc. Como consequência, o vocabulário da psicologia positiva se torna uma gramática comum nos diversos domínios de nossas vidas (como iremos ver). Aliás, essa gramática

se passa como natural, como uma escolha de estilo de vida, sem que percebamos como somos moldados, sustentados e gerenciados por valores neoliberais, como liberdade, autenticidade, autoestima, autorresponsabilidade etc. Tais valores não estão em oposição à nossa identidade pessoal, como destaca Rose, mas produz essa identidade visando maximizar a produtividade dos sujeitos.¹³

Já em 1989, Rose (1999) destacava em *Governando a alma: a modelagem do self privado* que as ciências “psi” tornam possível ao homem a concepção de si, falar sobre si, julgar a si e conduzir a si de novas formas para tornar possível governar o humano dentro dos princípios do liberalismo e da democracia. Assim, espera-se organizar e administrar indivíduos:

Nossos selfs são definidos e construídos e governados em termos psicológicos, constantemente sujeitos a técnicas psicológicas inspiradas em autoinspeção e autoexame. E os problemas de definir e de viver uma vida boa foi transposto de um registro ético ao psicológico. (Rose, 1989/1999, p. xxxi)

Rose destaca em *Inventando nossos selfs* que, para governar sujeitos, é preciso conhecê-los em seu íntimo;¹⁴ gerir essa intimidade

13 “Sistemas reguladores têm procurado codificar, calcular, supervisionar e maximizar o nível de funcionamento dos indivíduos” (Rose, 1998/2011, p. 161).

14 “Nossa personalidade, subjetividade e ‘relações’ não são coisas privadas, se isso implica que eles não são objetos de poder. Ao contrário, eles são intensivamente governados. Talvez eles sempre foram. Convenções sociais, escrutínio comunitário, normas legais, obrigações familiares e injunções religiosas exerceram um poder intenso sobre a alma humana no passado e em outras culturas. Conduta, fala e emoção foram examinadas e avaliadas em termos de estados internos que eles manifestam, e tentativas foram feitas para alterar a pessoa visível agindo sobre esse mundo interno invisível. Pensamentos, sentimentos e ações podem parecer como uma fabricação e construção do

seria o centro de atenção das ciências “psi”.¹⁵ Assim, há uma espécie de circularidade, pois essas ciências não vão contra os valores já naturalizados. A ideia de liberdade não é imposta como um valor a se seguir: a sociedade neoliberal valoriza a liberdade e é através da liberdade que a psicologia trabalha seus conceitos, e não *apesar* dela:

O self liberal e moderno é “obrigado a ser livre”, a interpretar todos os aspectos de sua vida como resultado de escolhas realizadas dentre várias opções. Cada atributo da pessoa deve ser realizado por meio de decisões e justificado em termos de motivações, necessidades e aspirações do self. As tecnologias da psicologia ganham seu poder social nas democracias liberais porque compartilham dessa ética da individualidade autônoma competente e porque prometem sustentar, respeitar e restaurar a individualidade dos cidadãos de tais governos. Elas constituem tecnologias da individualidade, que produzem e regulam o indivíduo que é “livre para escolher”. (Rose, 1998/2011, p. 141)

Para além dessa circularidade, defendo que o neoliberalismo faz uma gestão de nossas formas de vida (Manzi, 2022). Ou seja, a gestão se dá a partir da própria subjetividade e não por um poder

self íntimo, mas eles são organizados socialmente e gerenciados em momentos particulares” (Rose, 1989/1999, p. 1); “A família moderna foi construída pela intensa subjetivação, emocionalização, erotização das coisas domésticas” (Rose, 1989/1999, p. 206).

15 “Durante os séculos dezenove e vinte, os territórios nacionais da Europa e da América do Norte se tornaram uma cruzada de programas para gerir e reconstruir a vida social para produzir seguridade para propriedade e saúde, lucratividade e eficiência de produção, virtude pública, tranquilidade e mesmo felicidade. E a subjetividade se tornou um recurso vital no gerenciamento das ocupações da nação” (Rose, 1989/1999, p. 5).

coercitivo que nos obriga a agir de uma forma determinada. Interiorizamos valores e esperamos dos outros o mesmo numa esfera de reconhecimento. Assim, moldamos nosso eu como ideal que visa se aprimorar cada vez mais, se autovigiando, fazendo análise de si, se autoavaliando em todas as decisões (como em um mercado de trocas). Essas exigências são constitutivas de formas de sofrimento que são próprias da racionalidade neoliberal – uma racionalidade que compreende uma forma de vida que entrelaça moral e psicologia, economia e direito, política e educação, por exemplo, tendo como modelo a empresa.

Não é de se estranhar, portanto, que esse ideal empresarial seja incorporado por um eu empreendedor que liga a questão do neoliberalismo com as formas de sofrimento, na exigência de ser bem-sucedido. Rose destaca algo próximo ao pensar na “qualidade de vida” que se promete na contemporaneidade:

O self deve ser um ente subjetivo, ele deve aspirar à autonomia, lutar por realização pessoal em sua vida terrena, interpretar sua realidade e destino como uma questão de responsabilidade individual e encontrar significado na existência moldando sua vida através de atos de escolha. Essas formas de pensar sobre os seres humanos como selfs e essas formas de julgá-los estão ligadas a certas formas de agir sobre tais selfs. A orientação desses selfs não é mais dependente da autoridade da religião ou da moral tradicional; ela foi alocada para os “especialistas em subjetividade” que transfiguram questões existenciais sobre o propósito da vida e o significado do sofrimento em questões técnicas quanto a formas mais eficientes de gerenciar o mau funcionamento e melhorar a “qualidade de vida”. (Rose, 1998/2011, p. 210)

Tomamos como natural a busca dessa qualidade de vida a partir de valores claramente empresariais, em que se almeja uma unidade de si, autogoverno, controle da situação, autoestima etc. – como se as regras do empreendedorismo fossem as mesmas que devemos seguir em nossa vida pessoal, nos fazendo agir na vida cotidiana, na esfera do social e emocional tal como no domínio empresarial, em que tudo se torna um jogo de cálculo e de responsabilidade. A vida se torna um empreendimento em que procuramos maximizar nosso capital humano (também a inteligência emocional, o que poderia ser chamado capital afetivo). Não é por acaso que surge uma “era de especialistas” – pessoas supostamente competentes que conseguiriam nos ensinar técnicas para alcançar a felicidade, ser bem-sucedido, saudável. Tornamo-nos um projeto que busca

A “autonomização” e “responsabilização” do self, a instilação de uma hermenêutica reflexiva que proporcionará autoconhecimento e autodomínio, e a operação de tudo isso sob a autoridade de especialistas que alegam que o self pode conquistar uma vida melhor e mais feliz através da aplicação do conhecimento científico e habilidade profissional. (Rose, 1998/2011, p. 219)

Pensem na esfera do trabalho. Nela, seguimos passos terapêuticos: a carreira, a produtividade, o desempenho, dependem da afetividade da pessoa, de pensamentos positivos, da imposição de metas, de se estar feliz ao cumpri-las mesmo diante de fracassos. Há uma “tirania” implícita para se manter positivo. As terapias vêm “ajudar” os trabalhadores ao prometerem desbloquear sua passividade, sua postura negativista; prometem que irão modelar a pessoa para fazerem deles trabalhadores melhores, mais produtivos; para além, incluindo a esfera moral, prometem torná-las pessoas com pensamentos mais positivos, pessoas mais felizes. Rose

(1998/2011) destaca esse raciocínio terapêutico na esfera do trabalho: “Nós podemos ser empreendedores, assumir o controle de nossas carreiras, nos transformar em indivíduos bem-sucedidos, atingir a excelência e nos satisfazer, não *apesar* do trabalho, mas *através do trabalho*” (p. 221).¹⁶

Essa é uma questão que foi abordada por Eva Illouz em seu livro *O amor nos tempos do capitalismo* (2006). Illouz destaca que não levamos em conta como a gestão dos afetos no neoliberalismo é fundamental. Eis sua tese:

Minha tese é que a criação do capitalismo caminhou de mãos dadas com a criação de uma cultura afetiva intensamente especializada, e que, quando nos concentramos nessa sua dimensão – em seus sentimentos, por assim dizer –, podemos descobrir-nos em condições de revelar uma outra ordem na organização social do capitalismo. (Illouz, 2006/2011, p. 11)

Illouz irá nos apontar que vivemos em um *capitalismo afetivo*, em que houve a criação de um eu afetivo público que foi introduzido inclusive na esfera do trabalho. Nele, está atrelado discursos

16 Em outra obra, Rose (1989/1999) escreve: “Não há mais uma antítese entre os motivos do individual e aqueles da organização. O cidadão, no trabalho e fora dele, está engajado em um projeto de modelar sua vida como um indivíduo autônomo dirigido por motivos de autorrealização. Indivíduos produzem a si mesmo no trabalho; a cultura organizacional deve ser remodelada em nome de uma nova imagem psicológica do homem” (pp. 116-117); “Nas psicologias de relações humanas, o trabalho em si se torna o espaço privilegiado para a satisfação das necessidades sociais dos indivíduos. Nas psicologias da autoatualização, o trabalho não é necessariamente uma restrição à liberdade do individual para realizar seu potencial pelo esforço da economia psíquica para autonomia, criatividade e responsabilidade. O trabalho é um elemento essencial no caminho da autorrealização. Não há mais qualquer barreira entre o econômico, o psicológico e o social” (p. 119).

e valores de esferas próprias da economia e da política – é como se esse eu se oferecesse ao mercado de trocas, fazendo do afeto algo constitutivo em sua publicização. Cria-se, no neoliberalismo, uma racionalização e a mercantilização de afetos que nos moldam e são naturalizados nas relações do indivíduo consigo, com o outro e com o mundo. Com isso, podemos afirmar que há uma gestão dos afetos. Eis por que Nikolas Rose pode afirmar:

Nossos mundos de pensamento foram reconstruídos, nossas formas de pensar sobre e falar sobre nossos sentimentos pessoais, nossas esperanças secretas, nossas ambições e desapontamentos. Nossas tecnologias para gerir nossas emoções foram remodeladas. Nosso próprio sentido de nós mesmo foi revolucionado. Nos tornamos intensamente seres subjetivos. (Rose, 1989/1999, p. 3)

As terapias em especial foram centrais nessa naturalização. Quer dizer, a ascensão do estilo terapêutico, preocupado com a vida afetiva, concebeu técnicas de gestão dos sentimentos; essas técnicas se disseminaram culturalmente, se tornando natural um discurso terapêutico em todas as nossas esferas da vida.¹⁷ Uma vasta literatura de aconselhamento, por exemplo, como programas

17 “Toda uma forma de família de novos profissionais propagou a si, cada um afirmando sua virtuosidade em relação ao self, classificando e medindo a psique, predizendo suas vicissitudes, diagnosticando as causas de seus problemas e prescrevendo remédios. Não só psicólogos – clínicos, ocupacionais, educacionais – mas também trabalhadores sociais, gerentes pessoais, oficiais de condicionais, conselheiros e terapeutas de diferentes escolas e fidelidades têm baseado suas afirmações em autoridade social sobre sua capacidade de entender aspectos psicológicos da pessoa e de agir sobre eles, ou de aconselhar outros o que fazer. A multiplicação do poder desses ‘engenheiros da alma humana’ parece manifestar algo profundamente novo na relação da autoridade sobre o self” (Rose, 1989/1999, pp. 2-3).

televisivos, revistas, sites esclarecedores, se difundiu e adentrou o nosso cotidiano, nossas trocas de conversas etc. A discussão sobre os afetos se tornou pública e embasada por especialistas que nos ajudariam a entender melhor nossos sentimentos. Isso, supostamente, sem nos julgar, ouvindo nossa estória¹⁸ pessoal, e sendo capazes de nos levar a lidarmos melhor com nosso corpo, com a vida no trabalho,¹⁹ na vida em família, nos relacionamentos amorosos em geral etc. Ou seja, teria proliferado em nossas formas de vida, inclusive em nossos desejos e ideais.

Essa vocação em orientar os afetos se mostrou também efetivo na esfera do trabalho, aumentando a produtividade, levando o indivíduo a responsabilizar a si mesmo e despolitizando a esfera social. O discurso da psicologia configurou uma forma de sociabilidade e afetividade tendo como base a igualdade e a cooperação, tornando o trabalho mais eficiente. Ao mesmo tempo, há uma continuidade discursiva entre a família e o trabalho, introduzindo uma linguagem terapêutica de eficiência econômica em nosso linguajar. Cria-se, assim, uma ética da comunicação com um espírito de empresa que se torna uma tecnologia de manejo do eu.

Também o feminismo, mesmo tendo uma outra finalidade (e tendo inclusive uma importância efetiva na lógica de reconhecimento social), teve parte nessa gestão dos afetos, segundo Illouz (2006/2011), pois

Compartilhavam a ideia e a prática de converter a experiência privada em discurso público, tanto no

18 Insisto em usar “estória” apesar de saber de seu desuso na língua portuguesa. Justifico-me do porquê dessa escolha no capítulo “A ideia de narrativa”.

19 “Quando industriais buscam incrementar produtividade e harmonia adaptando práticas de trabalho à luz de considerações de dinâmicas de grupo, a intersubjetividade se tonou central na autoridade gerencial. A vida organizacional, por assim dizer, se tornou um matiz psicológico” (Rose, 1989/1999, p. 2).

sentido de ser um discurso com e para uma plateia quanto no de ser um discurso comprometido com a discussão de normas e valores de caráter geral, e não particular. (p. 42)

Por um viés não muito esperado, o modelo da intimidade, aos moldes terapêuticos, nas exigências feministas de discussão pública da intimidade, se converte em um modelo neoliberal: busca-se igualdade, imparcialidade, agir a partir de uma técnica neutra, uso de uma comunicação afetiva, simpática e empática, incentivando a superação e expressão de sentimentos ocultos etc.²⁰ Todos esses valores passam a ser validados e quantificados de acordo com uma métrica estabelecida. Está-se montado, portanto, uma esfera de especialistas que podem avaliar “o quanto” há de saúde afetiva e como se pode melhorar a si:

O controle dos sentimentos, o esclarecimento dos valores e metas do sujeito, o uso da técnica do cálculo e a descontextualização e objetificação dos sentimentos, tudo isso acarreta uma intelectualização dos laços íntimos, em nome de um projeto moral mais amplo: criar igualdade e trocas equitativas, mediante o engajamento numa comunicação verbal implacável sobre as necessidades, os sentimentos e as metas do indivíduo. (Illouz, 2006/2011, p. 52)

20 Essa tese de Illouz é no mínimo polêmica, pois induz-nos a pensar o feminismo numa lógica de reprodução do neoliberalismo. Acho difícil sustentar essa tese. Mas o que Illouz nos mostra é que a introdução da discussão dos afetos alavancou a posição dos especialistas e a disseminação da discussão da vida privada em público. Illouz não se refere aqui à importância do reconhecimento social em jogo no feminismo.

A questão aqui está justamente na racionalização dos afetos submetendo-os a processos neutros de exame e argumentação. Eis um passo para *mensurarmos o quanto sofremos ou somos felizes*, como fará a psicologia positiva. A ideia é que, *racionalizando os afetos*, poderíamos ser capazes de controlá-los. Se isso for verdade, estamos diante de mais uma conquista “real” para os valores individuais: uma verdadeira possibilidade de autogoverno, autodisciplina, autoconhecimento etc.

O curioso é que o discurso terapêutico tomou essa dimensão principalmente devido aos trabalhos de Sigmund Freud.²¹ Mas a psicanálise sempre foi clara quanto ao sofrimento ordinário (que estamos sujeitos na vida cotidiana) que nos é constitutivo. Além do que, a psicanálise freudiana não partilha de uma ideia de volição, autocontrole, autoconhecimento etc. Mesmo assim, foi pela difusão da ideia terapêutica psicanalítica, principalmente ao insistir na narração pessoal, no núcleo familiar, na vida cotidiana, que se deram condições de possibilidade de um discurso de autoajuda ou de uma psicologia positiva que seja capaz de mensurar a felicidade, por exemplo. “O legado freudiano contemporâneo, ironicamente”,

21 “É bem conhecido que os sociólogos em 1950 proclamaram a família como mecanismo central nas sociedades modernas para a transmissão de valores e padrões de conduta. Em críticas subsequentes dessa sociologia funcionalista muitas pessoas negligenciaram um pouco a significância das ligações entre psicanálise, sociologia e especialistas terapêuticos que este trabalho foi emaranhado. Para Talcott Parsons, o mais notável [norte] americano representativo dessa sociologia, a importância concedida à psiquiatria, psicologia clínica, e outras formas de conselhos e guia de especialistas na sociedade contemporânea foi uma resposta para e um index das tensões colocadas na personalidade e nas relações humanas na vida moderna. Em nenhuma parte, essa tensão foi maior do que na família e nas relações matrimoniais. Isso porque o isolamento da família nuclear a sujeita a estresses particulares nos quais os especialistas podem e devem aplicar os tipos de técnicas implantados por especialistas de relações humanas na indústria e outras áreas da vida social” (Rose, 1989/1999, p. 175).

afirma Illouz (2006/2011), “é que somos plenamente senhores de nossas próprias casas, mesmo quando – ou, talvez, especialmente quando – elas estão em chamas” (p. 70).

O objetivo dessa racionalização é também de apontar um modelo a se seguir: *uma vida plenamente realizável*. Como ideal, todos estamos sujeitos a um déficit, como nos diz Illouz (2006/2011):

O interessante, e talvez sem precedentes, no credo terapêutico, é que ele institucionalizou o eu por meio da “diferença” generalizada, cotejada com o pano de fundo de um ideal moral e científico da normalidade. Quando se postula um ideal de saúde indefinido e em interminável expansão, todo e qualquer comportamento pode ser rotulado, inversamente, de “patológico”, “doentio”, “neurótico” ou, em termos mais simples, “inadaptado” ou “disfuncional”, ou ainda, em linhas mais gerais, “não autorrealizado”. A narrativa terapêutica postula a normalidade e a autorrealização como a meta da narrativa do eu, mas, como nunca se dá a essa meta um conteúdo positivo claro, ela de fato produz uma ampla variedade de pessoas não autorrealizadas e, por conseguinte, doentes. A autorrealização passa a ser uma categoria cultural que produz um jogo sisifístico de diferenças derridianas. (p. 71)

Com um modelo que sempre nos induz a um déficit, é preciso uma competência afetiva; ou melhor, uma inteligência afetiva/emocional que envolve cinco campos, segundo Illouz (2006/2011): autoconhecimento, administração dos afetos, motivação de si mesmo, empatia e manejo das relações (p. 94).²² Com um campo de

22 Como consequência, podemos pensar o seguinte: “Sugiro que a decisão sobre

competências, criam-se novas maneiras de se classificar as pessoas de acordo com sua maturidade afetiva (por ser supostamente possível mensurar os afetos de tal forma que se pode criar categorias a serem ordenadas, classificadas e quantificadas). Eis por que Illouz se refere a um *capitalismo afetivo* – uma espécie de capital afetivo (uma moeda social) que estrutura a pessoa, lhe dá segurança, sabendo que se está sendo avaliada por terceiros constantemente.

Para se alcançar aquela vida plena, os especialistas se difundem. Pensando na infância, Rose (1989/1999) nos diz:

Desde a Segunda Guerra Mundial, os psicólogos têm cada vez mais provido os vocabulários com os quais os transtornos de crianças foram descritos, a especialidade para diagnóstico e a categorização de tais crianças, as linguagens com as quais os objetivos de mães e pais têm se esboçado, e os profissionais para operarem a tecnologia da regulação da infância. A psicologia tem se tornado a chave em estabelecer as normas da infância, e provendo significados para visualizar patologia e normalidade infantil, provendo vocabulários tecnológicos para cura e normalização. Pelas conexões estabelecidas entre normas de infância e imagens da vida familiar,

a natureza deficitária ou simplesmente inédita da atipia depende da capacidade do sujeito e do ambiente de *darem sentido às motivações responsáveis pela gênese da conduta dissonante*. Dar sentido significa tornar razoável, plausível, aquilo que motivou a discrepância comportamental. Se o *sentido encontrado aparece como inconsistente, a tendência dos circunstantes ou do próprio sujeito é a de ver o comportamento como sintoma de distúrbios mentais que comprometem o exercício satisfatório da autorreflexividade*. O sujeito que não consegue narrar de modo convincente as razões de suas condutas, ou seja, não consegue se exprimir no vocabulário motivacional da cultura hegemônica, é percebido como alguém cuja autorreflexividade é deficiente” (Costa citado em Zorzaneli, Bezerra Jr. & Costa, 2014, p. 181).

paternidade e maternidade, o psíquico da criança e a subjetividade da mãe foram abertas para regulação em uma nova forma. Tornou-se a vontade da mãe governar sua própria criança de acordo com normas psicológicas com parceria de especialistas psicológicos. A alma do jovem cidadão se tornou o objeto de governo pela especialização [through expertise]. (pp. 133-134)

Pensando no adulto, aliás, depender de um terapeuta não é contraditório com a concepção de autogoverno, porque os especialistas nos ajudam a alcançar esse ideal; eles estão do lado da ciência e supostamente sabem o que estão fazendo. Eles podem prescrever como devemos agir, por exemplo, para se ter uma vida saudável e feliz. Para isso, precisa-se ter o controle sobre si, como afirma Rose (1998/2011):

Para as novas terapêuticas da finitude, o sofrimento não deve ser tolerado, mas sim remodelado através da expertise, sendo administrado como um desafio e um estímulo para os poderes do self. Ao transcender o desespero por meio de aconselhamento ou terapia, o self pode ser recolocado em sua convicção de que ele é o mestre de sua própria existência. (p. 222)

Uma das consequências dessa lógica é a meritocracia. Apesar de os neoliberais clássicos serem contrários a ela, a meritocracia se ajusta perfeitamente em nossa sociedade, com suas exigências de conquistas pessoais. Os neoliberais, como Friedrich Hayek, afirmam que o sucesso no mercado se deve ao valor que os consumidores dão a um serviço prestado ou a um produto vendido (Sandel, 2020/2021, p. 186). Portanto, não há um julgamento moral sobre o mérito, e mais uma astúcia de saber lidar com o valor no mercado.

Entretanto, os valores neoliberais se encaixam perfeitamente em uma meritocracia. Por exemplo, em uma sociedade meritocrática, quem está no topo quer uma justificativa moral que explique seu sucesso empresarial – seu talento e desempenho. Há um crédulo de que “Você consegue, se tentar” – essa é a aposta: trabalhando duro, com talento, nada te impediria de obter sucesso, ascendendo economicamente. A ideia é de o destino estar em nossas mãos, o que valida, legítima e incentiva o livre mercado e a concorrência.

Mas tal ideia tem dois lados: para os que obtiveram sucesso e para os “perdedores”. No primeiro caso, levaria a pessoa a uma arrogância; no último, a um ressentimento, pois seriam culpados por seu fracasso; sua derrota seria o resultado de suas ações, criando uma esfera desmoralizante para todos aqueles que acreditaram naquele crédulo. Temos aqui a ideia de escolha, liberdade, esforço, responsabilidade, o que nos leva ao autogoverno, autorresponsabilidade. Nessa lógica, quanto mais sucesso obtemos, menos nos sentimos endividados ou gratos socialmente por um sucesso que supostamente é individual. A pessoa bem-sucedida mereceria seu lugar e não deveria nada aos perdedores. Daí a ideia de que as pessoas ricas são ricas porque merecem, pois conseguiram tudo por esforço próprio.

Michael Sandel (2020/2021), em seu livro *A tirania do mérito: o que aconteceu com o bem comum?*, destaca como há uma falácia na crença de ascensão social associada à meritocracia. A crença naturalizada de que o esforço e o talento são suficientes para se alcançar o sucesso nos Estados Unidos se mostra enganosa: várias pesquisas mostram como há uma pequena mobilidade social mesmo no país que se vangloria ser a terra de oportunidades. Sandel defende como a meritocracia levou a um ressentimento generalizado daqueles que ficaram excluídos, os “perdedores”, por mais que tentassem. A ofensa é demasiada e levou a uma reação inesperada nas eleições dos Estados Unidos:

Isso porque a raiva é decorrente da falta de reconhecimento e de estima. Ainda que a diminuição do poder de compra seja obviamente importante, a ferida que mais provoca o ressentimento de pessoas trabalhadoras é no seu status como produtoras. Essa ferida é efeito da combinação da tiragem meritocrática com a globalização favorável ao mercado. (Sandel, 2020/2021, p. 295)

Mas o fato é que a meritocracia se encaixa perfeitamente no centro da vida neoliberal, exigindo dos indivíduos esforço, desempenho e conquistas, sendo o sucesso ou o fracasso definido pelo mérito e o autovalor de cada um. Na verdade, a meritocracia faz parte de uma gramática de reconhecimento que é própria ao neoliberalismo, com suas expectativas, seus ideais, suas promessas, suas esperanças etc.

Outro ponto central na lógica neoliberal é o que Edgar Cabanas e Eva Illouz (2018/2022) salientaram em *Happycracia: fabricando cidadãos felizes*: a onipresença da felicidade, seja nos meios midiáticos, científicos, seja nas esferas do trabalho, da família, seja nas exigências intersubjetivas em geral. Vivemos em uma era em que a felicidade é vista como algo que pode ser alcançada pela força de vontade, com esforço e treinamento. Seguindo aquela busca por um eu autêntico, devemos nos esforçar na busca pela felicidade, afinal, é ela que faz a vida valer a pena (e é supostamente possível alcançá-la individualmente).

Assim como na meritocracia, cada um merece a felicidade que tem, basta se esforçar. Na verdade, a felicidade seria o que mede nossos sucessos e fracassos; a nossa maturidade psíquica e emocional; nossa imagem como bom ou mal cidadão. Aliás, um tipo de cidadão muito específico, com valores claramente neoliberais: uma pessoa “Individualista, fiel a si mesma, resiliente, motivada,

otimista e com um alto grau de inteligência emocional” (Cabanas & Illouz, 2018/2022, p. 14).

Tudo se passa como se ser feliz fosse uma escolha, por isso uma pessoa que sofre apresentaria uma imagem de si de alguém responsável por seu fracasso. Já o esforço pessoal seria recompensado. No fim, tudo depende de você: “Assim como as pessoas podem ser moldadas, ajustadas e transformadas graças à força de vontade e ao *know-how* adequado, também a felicidade pode ser fabricada, ensinada e aprendida” (Cabanas & Illouz, 2018/2022, pp. 15-16). E, claro, também existem especialistas que nos ajudam a alcançar a felicidade e uma ciência que daria embasamento factual dessa recompensa. Não é por acaso, aliás, que encontramos a difusão de biografias de pessoas bem-sucedidas no mercado que se tornaram *best-sellers* – uma espécie de confirmação, inspiração e exemplo a ser seguido. Isso confirmaria que “Níveis altos de inteligência emocional, independência, autoestima, otimismo, resiliência e motivação seriam típicos de pessoas autogeridas, autênticas e em vias de florescer, e que também expressariam altos níveis de felicidade, saúde e sucesso pessoal” (Cabanas & Illouz, 2018/2022, p. 18).

Em 1998 foi criada a psicologia positiva – uma ciência que afirma que a busca da felicidade é a maior realização humana, em que todos podem se beneficiar. Assim, a questão da felicidade se tornou acadêmica/científica. Essa ciência cria para si uma finalidade: encontrar alguma forma de mensuração da felicidade. Em pouco tempo essa psicologia ganhou vulto na mídia e passou a ser parte do cotidiano midiático e da nossa vida; avançou também nas esferas políticas, organizacional, terapêutica e educacional. E, claro, beneficiou os especialistas – desde os escritores de autoajuda a *coaches* pessoais e empresariais, além dos psicólogos e profissionais motivadores em geral. Em outras palavras, trata-se de moldar um estilo de vida; de criar hábitos:

De repente, cientistas e profissionais do mercado falavam a mesma língua. Além disso, os psicólogos positivos permitiram que esses profissionais se livrassem do estigma de frivolidade e oportunismo. E eis que as pessoas com confiança no futuro, extrovertidos, alegres, saudáveis, ricas e bem-sucedidas eram dignas da atenção dos psicólogos quanto os desesperados, os solitários, os deprimidos, os doentes, os pobres e os fracassados. Era tudo uma questão de se distanciar da desgraça psíquica. Agora, todos sem exceção poderiam (e deveriam) recorrer a um especialista para guiá-los no caminho da descoberta da melhor versão de si mesmos. (Cabanas & Illouz, 2018/2022, p. 43)

A barreira entre a ciência da psicologia e o mercado se borra – mercadorias “psi” que prometem felicidade se tornam agora legitimadas cientificamente e consegue abarcar um mercado já promissor. Aliás, o público é ilimitado: todos podemos ser mais felizes. A ideia é incrementar felicidade não só a quem supostamente está mal, mas também para quem já está bem, pois sempre é possível ser um pouco mais feliz.²³ Não se trata de meros aconselhamentos (que antes podiam ser vistos como ilusórios e/ou charlatanismo), mas algo legitimado.²⁴ Enquanto uma verdade científica, há um ca-

23 Nunca se é suficientemente perfeito: “Não importa quão bem-sucedida seja a vida da pessoa, o eu feliz deve estar constantemente em construção, e por isso sempre receptivo aos conselhos de especialistas que ajudem os indivíduos a concretizarem o projeto em andamento da busca da melhor parte de cada um” (Cabanas & Illouz, 2018/2022, p. 211).

24 O caso mais paradigmático, a meu ver, é do estigmatizado: “O indivíduo estigmatizado, assim, se vê numa arena de argumentos e discussões detalhadas referentes ao que ela deveria pensar de si mesma, ou seja, à identidade de seu eu. A seus outros problemas, ela deve acrescentar o de ser simultaneamente empurrada em várias direções por profissionais que lhe dizem o que deveria

minho correto para se obter uma vida boa; há como desenvolver nosso potencial ao máximo.

Autoridade acadêmica, poder social e influência cultural formam um conjunto potencial no mercado e se tornam também um fenômeno social que pode guiar decisões políticas quando mensurável: “Uma vez transformada em cifras aparentemente objetivas e imparciais, capazes de ultrapassar fronteiras culturais e integrar cálculos de custo-benefício em escala massiva, a felicidade passou a ser um dos principais nortes econômicos, políticos e morais para as sociedades neoliberais” (Cabanas & Illouz, 2018/2022, p. 67).

Cabanas e Illouz se perguntam por que a concepção de felicidade se tornou tão central no neoliberalismo; respondem:

Uma das razões pelas quais ela se tornou tão proeminente nas sociedades neoliberais se deve à saturação de valores individualistas²⁵ – com a definição do eu como valor supremo e a concepção de grupos e sociedades como uma massa de vontades estanques e autônomas. Mais especificamente, firmamos que, se a felicidade passou a ser tão importante nas sociedades neoliberais, foi porque ela se provou um conceito muito útil para reacender, legitimar e reinstitucionalizar a chama do individualismo em termos aparentemente não ideológicos por meio do discurso científico neutro e de autoridade. (Cabanas & Illouz, 2018/2022, p. 83)

fazer e pensar sobre o que é e não é, e tudo isso, pretensamente, em seu próprio benefício” (Goffman, 1963/1980, pp. 135-136).

25 “A afirmação de si é ao mesmo tempo uma norma, porque constrange, e um valor, porque é desejável. A generalização de valores da autonomia da vida social equivale a um *giro pessoal* ao individualismo. Ele esboça uma atmosfera de nossas sociedades que dá seu valor social à saúde mental e ao sofrimento psíquico” (Ehrenberg, 2010b, p. 12).

Quer dizer, a felicidade, sendo mensurável, argumentada cientificamente, influencia nossas políticas públicas, carrega consigo questões morais e de responsabilidade individual, porta valores de esforço pessoal, desempenho e autenticidade, dá crédito aos que conseguem imprimir uma imagem positiva, enfim, porta um potencial decisivo nas nossas formas de vida. Um discurso, inclusive, que consegue responsabilizar o indivíduo pelo seu fracasso, por seu “destino”. Por outro lado, justifica que a felicidade é algo bom porque seria uma realização pessoal – uma lógica que naturaliza a ideia da felicidade como conquista individual (esvaziando a esfera pública de qualquer responsabilidade). A naturalização de que é algo bom sem precisar explicar é conatural à ideia de que é uma conquista pessoal que dispensaria qualquer explicação.

Mas, para que essa meta seja de responsabilidade individual, o que teoricamente se formulou é que as circunstâncias externas ao âmbito pessoal influem minimamente na felicidade individual. Por exemplo, classe social, país de origem, situação política/econômica do país etc. – o que é de ordem exterior influi pouco ou apenas momentaneamente. A felicidade, argumentam, precisa ser uma conquista – não é algo herdado, passado a outro, não é garantido por nível econômico etc. Há também questões genéticas que devem ser levadas em conta; mas o que realmente define o grau de felicidade é a vontade da pessoa. Questões sociais, portanto, não devem ser o centro de atenção na busca da felicidade. Eis o impacto dessa teoria para a despolitização progressiva no neoliberalismo:

Se o que os psicólogos positivos dizem for verdadeiro e as circunstâncias não causarem efeitos significativos na felicidade, por que culpar as estruturas sociais, as instituições ou as más condições de vida pelos sentimentos de depressão, angústia ou ansiedade das pessoas frente ao futuro? (Cabanas & Illouz, 2018/2022, p. 96)

Se o indivíduo não tem como mudar o mundo, nessa acepção, ele pode cuidar de si. Assim, mesmo diante de crises financeiras, a pessoa estaria preparada – pressupondo, com isso, que cada um deve se salvar e, conseqüentemente, a ideia de bem-comum se perde. Mas, individualmente, a felicidade torna as pessoas cidadãos melhores: “Ao se transformar num eu mais feliz graças à miríade de produtos e serviços de felicidade disponíveis, o indivíduo será capaz de aumentar seu valor como sujeito social, político e econômico” (Cabanas & Illouz, 2018/2022, p. 172).

No cotidiano, hábitos simples fariam toda a diferença, como ser grato, cultivar o otimismo, não refletir demais, não se estressar, viver cada minuto aproveitando o máximo; tudo dará certo se a pessoa acreditar em si mesma, ser paciente, não se apegar às coisas materiais, não julgar etc.; o importante é focar em si, ser autêntico, aproveitar as pequenas coisas da vida, criar seus próprios interesses; ser positivo, resiliente, viver o presente plenamente de forma serena etc. Instruir as pessoas nesses hábitos, exercícios, a partir de palestras, consultas etc. se torna um mercado produtivo. Cria-se, de fato, uma *gestão emocional*.

Essa forma de pensar faz com que a pessoa volte a responsabilidade a si, se torne obsessiva por seu eu, seu corpo, a leva a um autoaperfeiçoamento psíquico como se fosse um imperativo moral. E, mais importante, nos “faz ver” o autoaperfeiçoamento como uma necessidade e uma vantagem econômica. A sociedade, assim, como soma de indivíduos (no olhar neoliberal),²⁶ não muda; são os indivíduos que devem mudar, se aperfeiçoar, se adaptar, melhorar de uma forma geral.

Nas duas primeiras décadas deste século, uma educação positivista é incorporada em países como os Estados Unidos, Reino Unido e Canadá. Tem-se a crença de que fatores emocionais

26 Ver o subcapítulo “A sociedade de Mont Pelerin” em Manzi (2022).

e individuais seriam mais fundamentais para a aprendizagem do que fatores sociais. Uma crença que se enquadra perfeitamente no mundo neoliberal:

Todos esses programas [dirigidos a escolas primárias e secundárias, faculdades e universidades] foram muitíssimo bem-vindos numa cultura neoliberal em que o desenvolvimento do letramento emocional, o aprendizado de habilidades gerenciais e de empreendedorismo e a busca da felicidade ganharam cada vez mais proeminência como atributos dos estudantes em detrimento do pensamento crítico, da aquisição de habilidades ligadas ao raciocínio e de habilidades manuais, ou da busca do conhecimento. (Cabanas & Illouz, 2018/2022, p. 117)

Cria-se, portanto, um ideal de estudante – um estudante com habilidades de administração e de organização; pessoas com iniciativa, adaptativas, flexíveis e, principalmente, com autoestima e confiança. Valores que intensificam a ideia do esforço individual para se alcançar o máximo de potencialidade na escola, tendo em vista um ideal maior de bem-estar. Trata-se de uma lógica em que a formação deve ser focada na felicidade, porque ela seria benéfica para o indivíduo e para a economia (pensando no plano de carreira do estudante). Os professores deveriam aprender a administrar suas emoções e saber ensinar esse gerenciamento aos alunos: ser otimista; se sentir bem consigo; ter objetivos na vida; aprender a se sentir bem etc.

Claro que essa ideia de felicidade é incorporada também na esfera do trabalho, uma vez que é naturalizada a ideia de que ser bem-sucedido é sinônimo de felicidade – como se ambas caminhassem juntas naturalmente. Como na meritocracia, há aqui uma imposição para que o indivíduo se autocobre em desempenhar seu

máximo potencial. Os psicólogos positivos afirmam que a pessoa otimista tem maiores chances de ser bem-sucedida,²⁷ como se estivéssemos lidando com uma espécie de capital psicológico como pré-requisito para o trabalho, pois o nível de felicidade e de positividade se torna até mais importante do que a habilidade e a qualificação técnica na escolha dos profissionais (*a felicidade se torna uma mercadoria concorrencial*). Ser flexível, por exemplo, não depende tanto de qualificação nessa lógica, mas da vontade pessoal. Assim, “Aparentemente, não seriam as condições de trabalho que trariam felicidade e produtividade aos trabalhadores, mas a felicidade é que faria as empresas produtivas e construiria ambientes de trabalho positivos e produtivos” (Cabanas & Illouz, 2018/2022, p. 150). Na lógica neoliberal, como se espera, uma empresa passa a ser um domínio despolitizado e psicologizado.

Outra consequência é a ideia de autovigilância constante. A pessoa deve estar disposta a se autogerenciar – ela mesma monitora e gerencia suas emoções diariamente:

Isso é um indicativo de que os indivíduos das sociedades neoliberais, em especial as gerações mais novas, internalizam de forma bastante profunda o mantra de que uma vida escrutinada e autogerida é a vida mais rica e valiosa que se pode viver. (Cabanas & Illouz, 2018/2022, p. 194)

Como consequência dessa internalização, o não cumprimento de metas é vivido com culpabilidade, e isso sob uma cobrança

27 “Não passa despercebido a ninguém o quão conveniente parece ser que o perfil psicológico da pessoa feliz retratada pelos defensores da felicidade e depois disseminado pelo mercado combine quase perfeitamente com o retrato neoliberal do cidadão ideal autogerido e autodeterminado que prospera por seus próprios esforços” (Cabanas & Illouz, 2018/2022, p. 271).

diária, sob uma ameaça constante; se não se seguir à risca o que se projetou, a pessoa estará fadada ao fracasso e a culpa será inteiramente dela.

Uma das indicações centrais para alcançar a felicidade na psicologia positiva é tornar-se si mesmo – ser exatamente aquilo que se é; ou seja, uma exigência de autenticidade. Sendo o que se é, expressando a si, se autorrealizando, potencializam-se suas próprias habilidades, interesses e motivações. Ou seja, um conjunto de virtudes que deve ser potencializado que leva à satisfação, ao reconhecimento. Assim,

Os psicólogos positivos pressupõem que quanto mais autêntico o indivíduo, mais felicidade ele obterá de seu ambiente, de suas relações, escolhas e de qualquer atividade que venha a realizar. No âmbito pessoal, uma vida autêntica é sinônimo de uma vida mental saudável. A autenticidade ofereceria às pessoas um alto nível de aceitação de si mesmas na medida em que elas não agiriam contra sua natureza, além de ser fonte de muito autoestima e senso de autoeficácia, qualidades fundamentais que atuam como amortecedores psicológicos contra potenciais vulnerabilidades mentais e contratempos da vida. (Cabanas & Illouz, 2018/2022, pp. 198-199)

No âmbito social, essa autenticidade equivale à autonomia e à independência. Essa exigência na contemporaneidade foi ressaltada por Paula Sibilia (2016) em *O show do Eu: a intimidade como espetáculo*. Com um comércio de autenticidade, voltamo-nos à ideia de exposição da intimidade, um *show do eu*:

Por isso, às vezes a ansiedade chega ao limite da exasperação: esses disfarces do eu que se colam à pele devem

ser renovados constantemente, sempre procurando a tão desejada singularidade ou originalidade. Busca-se algo que pareça autêntico e real, mesmo sendo claramente performático, e que permita se destacar de todos os demais. Enfim: o que se busca desesperadamente é algo que evoque a velha aura definitivamente perdida [...]. Converter a imagem que cada um projeta numa sorte de obra de arte; essa parece ser, de fato, a principal tarefa dos artistas de si, visando a se tornar um personagem o mais aurático e atraente possível. Por isso é necessário ficcionalizar o próprio eu como se estivesse sendo constantemente filmado, como se vivesse dentro de um reality-show ou nas páginas multicoloridas de uma revista; ou, então, algo que já acontece praticamente com qualquer um: nos incansáveis perfis das redes sociais da internet. É assim como aprendemos a encenar, todos os dias, o show do eu, fazendo da própria personalidade um espetáculo orientado aos olhares dos outros. (Sibilia, 2016, pp. 335-336)²⁸

28 Em outra passagem, Sibilia (2016) escreve: “Não surpreende que essa novíssima profissão [youtuber] – capaz de tornar tantos jovens ricos e famosos de um dia para o outro – tenha se tornado ‘o novo sonho infantil’, de acordo com uma matéria publicada num jornal argentino em 2016. ‘Nem jogador de futebol, nem bombeiro’, esclarecia a reportagem, ‘muitas crianças têm como referentes de vida a ciber-ídolos que os adultos apenas conhecem.’ Uma dessas jovens de sucesso, entrevistada pelo jornalista que assinava a matéria e conhecida como Prima Vikinga, explicava que ‘ser *youtuber* não é algo impossível, qualquer pessoa é capaz’. De acordo com essa moça, a receita é bem simples: basta ‘pegar uma câmera, ser você mesmo e fazer o que gosta’. Cabe lembrar, porém, que apesar da extraordinária dimensão que esta novidade ainda continua a ganhar, o atual enaltecimento da figura do autor não se esgota nessa imprevisível eferescência juvenil que tomou conta da internet e do mercado editorial” (pp. 212-213).

É comum as pessoas hoje se verem como uma marca pessoal que se coloca no mercado, vendendo sua imagem, se autopromovendo. Daí a ideia central na psicologia positiva: florescer a si.

Vale ainda destacar como ser feliz se tornou o que Cabanas e Illouz denominaram “o novo normal”, enquanto o pessimismo, a insatisfação, a insegurança são valores de uma pessoa classificada como tendo uma saúde mental incompleta. As consequências dessa teoria é que o sofrimento é inútil; se passa como se fosse uma escolha, uma fraqueza e mesmo uma falta moral. Até mesmo o luto que se prolonga por mais de dois meses se torna um transtorno e deve ser tratado. Trata-se de casos em que a pessoa é incapaz de tirar vantagem de adversidades e, por isso, se torna um caso patológico:

Os sofredores, assim, veem-se obrigados a lidar com o fardo individual de seus próprios sentimentos e com a sensação de culpa que resulta da incapacidade de superar as circunstâncias. A tirania do positivo nos condiciona a ver a tristeza, a desesperança ou o luto como contratempos menores ou estágios fugazes da vida que irão embora caso nos esforcemos o bastante. Isso sugere que a negatividade pode e deve desaparecer sem deixar qualquer rastro ou marca na psique – ainda mais agora que os psicólogos positivos supostamente encontraram a forma científica de substituir o desespero pelo otimismo. Mas, apesar das boas intenções, a insistência em sempre olhar para o lado bom da vida tende a esconder uma indiferença e algumas insuficiências profundas quanto à compreensão daqueles que realmente sofrem. (Cabanas & Illouz, 2018/2022, pp. 264-265)

O problema que surge nessa lógica era esperado: haverá perdedores, fracassados, pessimistas, pessoas desesperançosas etc. A

ideia de sofrimento, como se vê, é constitutiva da própria gramática de reconhecimento neoliberal. Entretanto, *o que torna o neoliberalismo gestor do sofrimento é exatamente não fazer do sofrimento um obstáculo à produtividade. É possível gerir o sofrimento individual.*

Voltando à tese do Latesfip, parte-se de um pressuposto que é exatamente contrário à psiquiatria contemporânea, que argumenta que os transtornos mentais devem ser entendidos como um problema biológico tal como entendemos a causalidade das demais doenças físicas (como a sífilis, causada por uma bactéria específica, portanto localizável e tratável). Cada vez mais a psiquiatria insiste na hipótese de que os distúrbios/transtornos psíquicos se devem a uma questão fisiológica/biológica – tais transtornos pressupõem que os pensamentos, desejos etc. têm bases neuronais e/ou neuroquímicos que os determinam.²⁹ Ou seja, as inovações sobre o que nós mesmos somos partem de uma pesquisa em laboratório, tal como nos demais saberes da medicina. Descobrem-se, assim, as funções cerebrais e criam-se remédios que se crê que afetam ou imitam essas funções; utiliza-se de sistemas de modelos experimentais, técnicas investigativas e cria-se um campo de diagnóstico: a psiquiatria cria um sistema de tecnologia que define e delimita

29 O que não deixa de ter um contraponto: “Retomando o contexto de nossa cultura somática e o destaque das neurociências na sociedade contemporânea, cabe notar a ironia histórica que vivenciamos: atravessamos um momento de tantas esperanças reducionistas e, ao mesmo tempo, de grande criticismo em relação a esses pressupostos. Estamos continuamente presumindo causas somáticas para os comportamentos, ainda que estejamos, simultaneamente, mais reflexivos e críticos em nossa abordagem das classificações das doenças e das modalidades terapêuticas. É como enfatiza Rosenberg: nunca estivemos tão conscientes da arbitrariedade dos diagnósticos terapêuticos, ainda que, em uma era caracterizada pelo reducionismo disseminado das explicações do comportamento normal e patológico, nunca estivemos tão dependentes deles” (Zorzanelli & Ortega, 2011, p. 35).

seu campo de descobertas que podem ser confirmadas ou negadas. Rose (2007/2013) chega a ver nisso uma mudança ontológica:

O novo estilo de pensamento na psiquiatria biológica não apenas estabelece o que conta como explicação; determina o que há para explicitar. O profundo espaço psicológico que se abriu no século XX nivelou-se. Nessa nova explicação da personalidade, a psiquiatria já não distingue entre distúrbios orgânicos e funcionais. Já não se preocupa com a mente ou com a psique. A mente é simplesmente o que o cérebro faz. E patologia mental é simplesmente a consequência comportamental de um erro ou anomalia identificáveis, e potencialmente corrigíveis, em alguns daqueles elementos agora identificados como aspectos daquele cérebro orgânico. Isso é uma mudança na ontologia humana – nos tipos de pessoas que nós consideramos ser. Implica novo jeito de ver, julgar e agir sobre a normalidade ou anormalidade humanas. Possibilita-nos sermos governados por novos caminhos. E possibilita-nos gerenciar-nos diferentemente. (p. 268)³⁰

Mas podemos partir de outro viés. Podemos pensar que o sofrimento psíquico está imbricado com nossas formas de vida:

É possível dizer que cada época prescreve a maneira como devemos exprimir ou esconder, narrar ou silenciar, reconhecer ou criticar modalidades específicas de

30 Eis, aliás, uma bela questão de Nikolas Rose (2007/2013): “Muitos têm discutido os modos pelos quais os avanços nas ciências da vida e na biotecnologia estão aumentando as capacidades dos seres humanos de transformar seus processos vitais. Mas o que acontece quando é a própria vida que é objeto de transformação pela tecnologia biomédica, e quando cognição, emoção, volição, humor e desejo estão, eles próprios, abertos à intervenção?” (pp. 262-263).

sofrimento. Isso explica a emergência e o declínio sazonal de determinados quadros clínicos em detrimento de outros. Isso se tornou assombrosamente explícito quando, no contexto do neoliberalismo, encontramos manuais e estratégias para literalmente confeccionar novas doenças, para as quais se dispõe de novas medicações. (Safatle et al., 2020, p. 12)

Assim, a forma como escolhemos nomear e narrar um sofrimento psíquico, como na criação de um novo transtorno, é própria de um discurso que o gere; nossas formas de vida instauram formas de sofrimento que têm um valor etiológico assim como interpretamos o sofrimento. Os modelos socioeconômicos determinam seus agentes racionais, instaurando modos de comportamentos, avaliação e justificativas que são internalizados para que esses agentes sejam reconhecidos. Tem-se uma psicologia que lhe é própria – uma ideia reguladora que guia a aspiração dos indivíduos; tem-se um modelo de individualização; sistemas normativos de disposição de condutas, de produção de afetos e formas de sofrimento. Esses modelos socioeconômicos são modelos de gestão social de subjetividades. Daí por que, junto com os valores neoliberais, houve uma reestruturação das formas de descrição e categorização do sofrimento psíquico.³¹ Se antes havia espaço para a narrativa do sofri-

31 Com o uso de medicamentos, sem dúvida, há uma transformação de nossa forma de ser. Rose cita Kass et al. nesse ponto: “Os terríveis poderes que a ciência moderna colocou em nossas mãos para controlar o mundo exterior cada vez mais nos possibilitam controlar nossa experiência interior [...]. De modo crescente, podemos produzir, através de remédios, a experiência subjetiva de contentamento e de bem-estar na ausência de bens que normalmente os produzem. Em alguns casos [...] os novos medicamentos podem ajudar uma pessoa a voltar ao mundo e habilitá-la a assumir a responsabilidade por sua vida. Em muitos outros casos, porém, o crescente poder de gerir farmacologicamente nossas vidas mentais ameaça nossa felicidade à medida que nos aliena

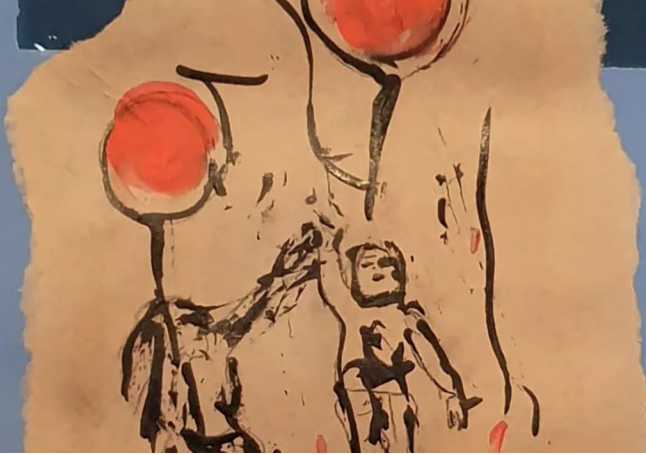
mento, em que o sofrimento era compreendido dentro da dinâmica social do indivíduo, passa agora a ser categorizado a partir de sintomas, sem qualquer vínculo com a estória pessoal. A justificativa passa a ser de um sofrimento biológico.³² “Dessa forma, o neoliberalismo nos levou a sofrer de outra forma, procurando retirar

não somente do mundo, mas também dos sentimentos, paixões e qualidade de espírito e de caráter que nos possibilitam viver bem nele [...]. A criação de humores mais serenos e de momentos de intenso prazer ou de autossatisfação que não têm nenhuma relação com nossos empreendimentos reais ameaça corroer nossos sentimentos, paixões e virtudes. O que deve ser particularmente temido acerca do uso progressivamente comum e arbitrário de remédios que alteram a mente, pois, não é que eles irão nos induzir a insistir na felicidade à custa de outros bens humanos, mas que eles vão nos seduzir a nos contentar com uma felicidade estreita e fictícia” (Conselho Presidencial de Bioética & Kass citados em Rose, 2007/2013, p. 144).

- 32 “Desde os anos 1980 e a chegada da classificação americana de transtornos mentais chamada de DSM-III, assiste-se a um aumento da potência de uma orientação unilateral no ensino da psiquiatria no Ocidente. Paralelamente, assiste-se ao declínio de teorias explicativas das dificuldades e dos transtornos mentais, por serem consideradas obsoletas e não científicas. Aludo aqui às teorias psicanalíticas, mas também sistêmicas, às psicoterapias pela fala ou àquelas que questionam o papel da instituição psiquiátrica, como a psicoterapia institucional ou o movimento desalienista. Os paradigmas que eram estimados, como a realidade psíquica, a busca das causas, a dinâmica familiar, o inconsciente, a transferência, foram substituídos por um paradigma biomédico único e uma psiquiatria inteiramente descritiva. Durante trinta anos, essa grande substituição teve como efeito tornar inútil o saber fazer, o *know-how* dos clínicos e, principalmente, sua transmissão. Isso não seria importante, se os pacientes tivessem sido mais bem tratados ao longo destes últimos trinta anos, se a dominância da psiquiatria biológico-comportamental tivesse levado a uma melhoria perceptível na condição dos pacientes que sofrem de doenças mentais agudas, temporárias ou crônicas. Não foi o que ocorreu, e o país onde essa psiquiatria mais se tem desenvolvido, os Estados Unidos, vê explodir seu consumo de psicotrópicos, bem como aumentar, de maneira reiterada, o número de pacientes com deficiências mentais crônicas. Cada vez mais, há ‘falsos positivos’, isto é, pessoas erroneamente incluídas na patologia mental, ainda que seus comportamentos se encontrem nas variações normais” (Landman, 2015/2019, pp. 26-27).

de nosso sofrimento psíquico a consciência potencial da violência social” (Safatle et al., 2020, p. 44).³³ Mas será que sofreremos da mesma forma em situações distintas, ou seja, em sociedades que privilegiam valores diferentes em relação à individualidade?

33 Lembremos também essa reflexão de Byung-Chul Han (2020/2021): “O dispositivo de felicidade neoliberal nos distrai do sistema de dominação existente ao nos obrigar apenas à introspecção da alma. Ele cuida para que cada um ocupe apenas consigo mesmo, com a sua própria *psyché*, em vez de interrogar criticamente as relações sociais. O sofrimento pelo qual a sociedade seria responsável é privatizado e psicologizado. Devem se melhorar não as condições sociais, mas sim as da alma. A demanda pela otimização da alma, que, na realidade, obriga a uma adequação às relações de dominação, oculta misérias sociais. Assim, a psicologia positiva sela o *fim da revolução*. Não revolucionários, mas treinadores de motivação tomam o palco, e cuidam para que surja nenhum descontentamento, sim, nenhuma raiva” (pp. 27-28). “Assim há, em vez de revolução, depressão. Enquanto buscamos curar nossa própria alma, perdemos de vista os contextos sociais que levam a rejeições sociais. Se medos e incertezas nos assolam, responsabilizamos não a sociedade, mas nós mesmos por isso” (p. 30).



Com o aumento excessivo de diagnósticos em crianças e adolescentes, é preciso nos perguntarmos se eles estão sendo ouvidos ou se simplesmente delegamos ao domínio do saber médico-psiquiátrico todo problema que enfrentam. É verdade que cada vez mais percebemos que crianças e adolescentes sofrem. Também temos a impressão de que hoje esse sofrimento se manifesta de formas distintas, como em automutilações. Mas esse sofrimento deve ser reduzido necessariamente a modalidades que devem ser consideradas transtornos mentais e, por isso, essas crianças devem ser encaminhadas a psiquiatras e submetidas ao saber biológico sobre esse sofrimento? Ou a uma combinação de fármacos e terapia cognitiva comportamental?

série

PSICANÁLISE CONTEMPORÂNEA

Coord. **Flávio Ferraz**

PSICANÁLISE

ISBN 978-85-212-2850-9



9 788521 228509



www.blucher.com.br

Blucher



Clique aqui e:

[VEJA NA LOJA](#)

A morte da narrativa

Uma reflexão sobre a disseminação de diagnósticos psiquiátricos em idade escolar

Ronaldo Manzi Filho

ISBN: 9788521228509

Páginas: 528

Formato: 14 x 21 cm

Ano de Publicação: 2026
